Helio Jaguaribe é Decano Emérito do Instituto de Estudos Políticos Sociais - IEPES. Nasceu no Rio de Janeiro em 1923. Diplomado em Direito pela PUC/RJ, recebeu doutorados *honoris causa* das Universidades de Mainz na Alemanha, da Federal da Paraíba e de Buenos Aires, por sua contribuição às Ciências Sociais.

Foi professor visitante das Universidades de Harvard, Stanford e do M.I.T. . Autor de ampla obra publicada em diversas línguas, destacam-se entre seus últimos livros: "Brasil, Homem e Mundo - reflexão na virada do século" (Rio de Janeiro, Topbooks, 2000); "Um Estudo Crítico da História" (São Paulo, Paz e Terra, 2001, 2 vls.) e "Brasil: Alternativas e Saída" (São Paulo, Paz e Terra, 2002).

Eleito para Academia Brasileira de Letras em março de 2005.

Coleção Rio Branco
(Primeira Etapa)

Antonio Augusto Cançado Trindade (organizador)
A Nova Dimensão do Direito Internacional

Silviano Santiago
A Viagem de Lévi-Strauss aos Trópicos, Democratização no Brasil – 1979-1981 (Cultura versus Arte)

Braz da Costa Baracuhy
Vencer ao Perder: A Diplomacia Brasileira na Crise da Liga das Nações (1926)

Gustavo Sénéchal de Goffredo Júnior
Entre Poder e Direito: A Tradição Grotiana na Política Externa Brasileira

Aurélio Romanini de Abranches Viotti
Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a Cruz Vermelha e Clausewitz

Kassius Diniz da Silva Pontes
Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia

Leonardo de Almeida Carneiro Enge
A Convergência Macroeconômica Brasil-Argentina

Hélio Jaguaribe
Urgências e Perspectivas do Brasil

Heloísa Vilhena de Araújo
Guimarães Rosa: Intérprete da Tradição

Mariza Veloso e Maria Angélica Madeira (organizadoras)
Sérgio Buarque de Holanda

INSTITUTO RIO BRANCO

Helio Jaguaribe

URGÊNCIAS E PERSPECTIVAS DO BRASIL

Coleção
Rio Branco

O presente volume integra a "Coleção Rio Branco", co-editada pelo Instituto Rio Branco (IRBr) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), que tem por objetivo publicar teses premiadas do Mestrado em Diplomacia do IRBr, trabalhos de docentes e discentes do IRBr, bem como ensaios de acadêmicos sul-americanos e outros textos de interesse para o estudo e pesquisa das relações internacionais.

A obra divide-se em quatro capítulos, cada qual abordando diferentes temas. O primeiro deles analisa os grandes problemas nacionais e mundiais e sua provável evolução no século XXI.

O capítulo seguinte desenvolve o tema da longa estagnação brasileira e questiona se seria possível um modelo econômico alternativo com base nos exemplos do governo Kubitschek.

A questão da defesa nacional é discutida no terceiro capítulo da obra no qual se analisam os desafios externos de uma potência média como o Brasil.

Por fim, o último capítulo trata da marginalidade metropolitana e a inserção do narcotráfico no âmbito da mesma analisando suas conseqüências para a sociedade.

Helio Jaguaribe

URGÊNCIAS E PERSPECTIVAS DO BRASIL

Coleção
Rio Branco

HELIO JAGUARIBE

URGÊNCIAS E PERSPECTIVAS DO BRASIL

COLEÇÃO RIO BRANCO

INSTITUTO RIO BRANCO
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

BRASÍLIA 2005

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota

INSTITUTO RIO BRANCO (IRBr)

Diretor Embaixador Fernando Guimarães Reis

A *Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847
Fax: (61) 3322 2931, 3322 2188
Site: www.funag.gov.br

O *Instituto Rio Branco (IRBr)*, criado em abril de 1945, é o órgão do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e tem como finalidade o recrutamento, a formação e o aperfeiçoamento dos diplomatas brasileiros. O IRBr organiza, regularmente, o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e mantém o Curso de Formação, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE).

Setor de Administração Federal Sul
Quadra 5, Lote 2/3
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3325 7000 /5/6
Site: www.mre.gov.br/irbr

Copyright © Helio Jaguaribe

Projeto de foto da capa: João Batista Cruz

Jaguaribe, Helio.
Urgências e perspectivas do Brasil / Helio Jaguaribe. – Brasília : Instituto Rio Branco : Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.
109 p. ; 23 cm – (Coleção Rio Branco).

ISBN: 85-7631-045-7

1. Brasil – Política econômica. 2. Brasil – Condições econômicas. 3. Brasil – Condições sociais. 4. Brasil – Defesa. I. Instituto Rio Branco. II. Fundação Alexandre de Gusmão. III Título. IV. Série.

CDU: 338.2(81)

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3322 2931, 3322 2188
Site: www.funag.gov.br
E-mail: publicacoes@funag.gov.br

Impresso no Brasil 2005

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional
conforme Decreto nº 1.825 de 20.12.1907

Urgências e Perspectivas do Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

I. BRASIL E MUNDO ANTE O SÉCULO XXI 9

1. Perspectivas do mundo 11

2. Questões culturais 17

3. Brasil 26

4. A tarefa do Brasil 39

II. PARA UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO 47

- Uma aproximação histórico-sociológica 49

1. Equilíbrio estático 49

2. Equilíbrio dinâmico 55

3. Presentes condições 60

III. DEFESA NACIONAL 67

- Desafios e possíveis respostas do Brasil 69

1. Introdução 69

2. Aspecto militar 73

3. Aspecto econômico-tecnológico 79

4. Perigosas interferências externas 82

IV. O PROBLEMA DA MARGINALIDADE METROPOLITANA 87

- Uma breve apresentação preliminar 89

1. O problema 89

2. Possíveis soluções 94

ANEXO 101

Urgências e Perspectivas do Brasil

Helio Jaguaribe

Apresentação

Os quatro capítulos que integram este pequeno livro foram inicialmente redigidos como estudos separados, embora orientados pelo mesmo propósito de identificar e analisar alguns dos mais relevantes problemas brasileiros e os situar no âmbito geral do mundo e na perspectiva deste emergente século XXI. Tal circunstância levou o ministro Carlos Henrique Cardim, do Instituto Rio Branco, a propor-me que os integrasse num mesmo volume e confiasse a publicação do livro à coleção Rio Branco.

Um primeiro capítulo, "Brasil Ante o Mundo e o Século XXI", intenta, precisamente, analisar, correlacionadamente, os grandes problemas com que já se defrontam o mundo e o Brasil e a provável evolução desses problemas, no curso do século XXI.

O segundo capítulo, "Para um Novo Modelo de Desenvolvimento", consiste numa sucinta abordagem histórico-sociológica desse gravíssimo problema brasileiro que é a longa estagnação do país, desde a década de 1980. O pensamento neoliberal, implícita ou explicitamente, de certa forma norteou nossa política macroeconômica no curso dos últimos vinte anos, e de forma deliberada – embora retoricamente contestada – desde os oito anos do governo Cardoso até os do governo Lula. Buscou-se um equilíbrio estático em matéria fiscal, monetária e cambial, a se realizar em cada exercício anual, pagando-se, para isso, com a exceção de 2004, o preço de continuada estagnação e empobrecimento social e somente se logrando um aparente equilíbrio, não apenas às custas da estagnação, como também de crescentes endividamentos externo e interno. Essa mesma exceção de 2004 (5% de crescimento anual), apresentada como o início de um ciclo positivo, é insuficiente para a "grande arrancada" do Brasil. Será possível, nas presentes condições do mundo e do Brasil, um modelo econômico alternativo, tecnicamente

correto e sócio-politicamente viável? Nesse segundo capítulo se busca mostrar, a partir de uma perspectiva histórico-sociológica, a possibilidade desse modelo, com base nos exemplos do governo Kubitschek.

O terceiro capítulo deste opúsculo discute, sucintamente, essa complexa questão que é a de como considerar a questão da defesa nacional para uma potência média como o Brasil, cercada pelos mais diversos desafios externos, que vão da superpotência e das grandes potências ao sistema financeiro internacional.

O quarto e último capítulo deste volume aborda a questão da marginalidade metropolitana e desse gravíssimo fato que é a inserção do narcotráfico no âmbito dessa marginalidade, que cerca as grandes cidades brasileiras de um cinturão de miséria – situação, como tal, social e eticamente inaceitável – mas que atinge proporções calamitosas como conseqüência do crime organizado.

O estudo sobre defesa nacional foi redigido em 2003, em atenção a uma solicitação do embaixador Viegas, então ministro da Defesa[1]. Os outros três estudos, revistos em meiados de 2005, foram elaborados em 2004, sob a pressão da profunda angústia que me estava suscitando a perspectiva de que o governo Lula, a despeito das grandes qualidades do presidente, conduzisse o Brasil à perda de mais quatro anos, depois dos oito anos no curso dos quais Fernando Henrique Cardoso, não obstante ter sido o mais qualificado presidente de nossa história, não conseguiu superar a estagnação em que estamos mergulhados desde os anos 80.

Os acontecimentos posteriores, lamentavelmente confirmaram o receio de que o quadriênio Lula fosse mais um periodo de tempo historicamente perdido.

---

[1] Esse estudo veio a ser publicado de pgs. 61 a 83 no livro Reflexões sobre Defesa e Segurança: uma Estratégia para o Brasil, vol. 1, Brasília, Ministério da Defesa, 2004.

I. Brasil e mundo ante o século XXI

I. Brasil e mundo ante o século XXI

1. *Perspectivas do Mundo*

Ao se iniciar o século XXI o mundo, recém saído da guerra fria e tendo empreendido, no curso do século XX, a maior revolução científica e tecnológica da história, se defronta com três principais ordens de problemas: (1) o da formação de uma nova ordem mundial, substitutiva da antiga polaridade americano-soviética, (2) o de resolver o crucial problema da cultura contemporânea, relativo ao relacionamento da perspectiva tecnológica com a humanista e, conjuntamente com essa problemática, o do relacionamento entre os grandes sistemas culturais remanescentes e as grandes subdivisões neles ocorrentes e (3) o de encontrar uma solução satisfatória para o problema das crescentes e abissais diferenças que separam as sociedades afluentes das marginais e, em ambas, seus setores extremamente ricos dos extremamente pobres.

Nova ordem mundial

Emergindo, depois da implosão da União Soviética em 1991, como única superpotência, os EUA intentaram, sob as presidências do primeiro Bush e de Clinton, compatibilizar sua incontrastável supremacia com um satisfatório ajustamento multilateralista com o restante do mundo, notadamente no que diz respeito, por um lado, às grandes potências e, por outro, às Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. O segundo Bush, emergindo, por ato da Suprema Corte, de uma eleição extremamente contestável, surpreendeu o mundo, que dele esperava a formação de um governo moderado, que intentasse restaurar a dividida unidade americana, com a constituição de um gabinete majoritariamente composto por personalidades marcadas por uma ideologia de extrema direita. Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 deram ao governo Bush o pretexto, em nome do princípio de legítima defesa, de ingressar num unilateralismo imperial, ignorando as Nações Unidas, as normas do Direito Internacional e a opinião de antigos aliados e da grande maioria dos países e dos povos do mundo. Os EUA se autodefiniram como em estado de guerra contra o terrorismo internacional e países por eles classificados como velhacos, que dão, real ou supostamente, apoio a esse terrorismo. Para esse efeito, adotou-se

uma nova doutrina de defesa nacional, caracterizada, por um lado, por uma ostensiva posição unilateralista, que afirma a supremacia internacional, erga omnes, das deliberações e dos interesses americanos. Por outro lado, e decorrentemente, sustenta o princípio da guerra preventiva contra tudo e contra todos considerados perigosos para os EUA, guerra cuja legitimidade depende, exclusivamente, de decisões do próprio governo americano. Essas posições foram enfaticamente reiteradas por Bush, no discurso de posse de seu segundo mandato.

Essa nova postura americana levou o país, violando a Carta das Nações Unidas e as determinações do Conselho de Segurança, a invadir unilateralmente o Iraque, sob a alegação de que Saddam Hussein possuía armas de destruição maciça, que representavam um risco imediato para os EUA e para o mundo e, depois de insignificante resistência, a ocupar militarmente aquele país. Reiteradas inspeções pelas Nações Unidas e pelos próprios EUA revelaram que tais armas não existiam. O presidente Bush, não obstante, reafirmou a legitimidade de sua intervenção e da ocupação militar do Iraque, já agora sob a predominante alegação de que essa iniciativa havia livrado o Iraque e o mundo de um ditador extremamente perigoso e abria o caminho para a democratização daquele país.

Essa posição do governo Bush criou uma situação insustentável: a do conflito internacional entre poder e legitimidade. O centro de poder, a única superpotência, cuja supremacia militar e econômico-tecnológica é praticamente incontrastável, se tornou um poder ilegítimo. O centro de legitimidade, as Nações Unidas, se tornou impotente. O conflito entre legitimidade e poder não pode ser de longa duração, tanto a nível nacional como internacional. Conduz, a não longo prazo, ou ao reenquadramento do poder nas normas da legitimidade, ou à perda de vigência do precedente regime de legitimidade. Ante essa questão, abrem-se para o mundo diversas alternativas, que se desenvolverão no curso de distintos prazos.

Caberia, inicialmente, se considerar o relativamente curto prazo, que corresponde ao segundo mandato do presidente Bush. O discurso inaugural de Bush, em 20 de janeiro de 2005, constituiu um enfático compromisso de defesa internacional da liberdade, inclusive, se necessário, por unilaterais intervenções militares. Por outro lado, moderou esse unilateralismo declarando sua disposição a consultas e ao diálogo.

Independentemente da reeleição de Bush abre-se para o mundo um prazo mais longo, que corresponde ao primeiro terço deste século. Nesse período, pode-se consolidar e universalizar a supremacia americana, assumindo as características de um império mundial, embora ostentando aspectos muito diferentes dos impérios clássicos, do Romano ao Britânico. Pode também ocorrer uma variante do modelo imperial, consistente na formação de um sistema de supremacia americana amenizada pela cooptação das demais potências. Algo de equivalente, nas condições contemporâneas, ao que Felipe da Macedônia logrou com o Congresso de Corinto, de 338 aC, formando com os demais Estados gregos uma "Liga Helênica", com representação proporcional em sua Assembléia, embora o comando militar do sistema ficasse detido pela Macedônia.

Nesse mesmo período tenderão a se formar condições que influenciarão profundamente a subsequente evolução do mundo. Essas condições se referem à medida em que determinados países, ou grupos de países, logrem ou não manter um consistente desenvolvimento, que os conduza a patamares superiores de autonomia internacional. Trata-se, sobretudo, dos casos da China e da Rússia, da possível formação, no âmbito da União Européia, de um eventual subsistema político europeista e, ainda, da evolução de países como Índia e Brasil, por um lado, e por outro, do mundo islâmico.

Se um país como a China lograr manter, por outro largo período, a extraordinária taxa de desenvolvimento de 7% a 8% ao ano que vem sustentando, desde Deng Xiaoping (vide a respeito, dados no Anexo) e, concomitantemente, encontrar um apropriado encaminhamento institucional, esse país adquirirá condições de equipolência com os EUA em meados do século. Algo de semelhante se pode dizer da Rússia, na medida em que a reorganização que lhe imprimiu Vladimir Putin, reeleito em março de 2004, encaminhe aquele país numa rota de desenvolvimento auto-sustentável, que poderá conduzi-lo, de seu lado, a recuperar a condição de superpotência que deteve no período soviético.

Países como Índia e Brasil dispõem, embora em condições diferentes, da possibilidade de realizar um importante desenvolvimento nacional no curso do primeiro terço deste século, atingindo um elevado patamar de autonomia internacional. Não é de se prever que esses dois países se

convertam, como pode ocorrer com China e Rússia, em novas superpotências, em meados do século. As características culturais da Índia, não obstante seu domínio da produção de armas nucleares, não tendem a conduzi-la a se converter em superpotência, mas seu exitoso desenvolvimento lhe conferirá um elevado patamar de autonomia internacional e dela fará um dos grandes interlocutores mundiais, em meados do século. Da mesma forma, um exitoso desenvolvimento do Brasil não tenderá a converter esse país em superpotência, tanto por razões decorrentes de suas características socioculturais como, também, pelo fato de que sua emergência como importante interlocutor internacional dependerá, basicamente, da medida em que consolide suas alianças nos âmbitos do Mercosul e da América do Sul, o que lhe conferirá uma liderança estruturalmente dependente do consenso dos aliados.

A União Européia, depois da absorção de seus dez novos membros, e eventualmente da Turquia e de ainda mais alguns, perderá, definitivamente, por sua heterogeneidade política, a possibilidade de ser um importante protagonista político no cenário internacional. Será um grande sistema econômico e continuará, embora menos criativamente que no passado, a ser um grande centro de cultura. Tal situação, todavia, tenderá a estimular a formação, dentro da U.E., de dois ou mais subsistemas políticos. Apresenta-se, atualmente, como bastante previsível, a formação de um subsistema político ativamente europeista, tendo França e Alemanha como núcleo, a serem possivelmente acompanhadas pelos países latinos e um outro subsistema, anglo-nórdico, atlanticista, firmemente comprometido com a aliança como os EUA. Ainda não se dispõe de condições para prever como os novos membros, predominantemente eslavos e, futuramente a Turquia vão se comportar, a prazo mais longo. A curto prazo já demonstraram sua identificação com a posição atlanticista. Mas esta poderá não persistir a mais longo prazo, sobretudo para todos os membros desse grupo. Daí a possibilidade de uma subdivisão dos novos membros entre as duas posições precedentemente mencionadas, ou a eventual formação de uma terceira posição, ora insusceptível de ser prevista.

A hipótese de formação de um importante subsistema europeista tenderá a constituir um sério obstáculo à consolidação de um império mundial americano. Se vier a se formar, como parece provável, um consistente e durável subsistema europeista, as alternativas mundiais

tenderão a se restringir às duas últimas hipóteses adiante formuladas: a de uma nova "Liga Helênica", com importante descentralização do poder, ainda que os EUA preservem a supremacia militar e a hipótese de um novo regime multipolar.

O mundo muçulmano, fragmentado entre um grande número de países e de regiões geográficas, e contendo um inescapável dualismo entre seus setores xiitas e sunitas, tampouco pode se converter num sistema unitário, suscetível de exercer um poder mundial, mas poderá se tornar um grande interlocutor internacional, se lograr satisfatório nível de desenvolvimento e de articulação entre seus membros.

As possibilidades de esse quadro vir a se realizar são muito significativas, mas não inevitáveis. Dependendo tanto do rumo que venham a tomar esses países como de desenvolvimentos internos dentro dos EUA, as condições, no início do segundo terço deste século, tanto poderão corresponder à emergência desses novos interlocutores como, diversamente, à acomodação dos mesmos a um sistema hegemônico americano, e isto tanto mais possivelmente quanto venha a predominar, nos EUA, uma postura cooptadora do mundo, em vez de unilateralmente dominante.

Três cenários

As alternativas precedentemente aventadas conduzem o mundo, no último terço deste século, a três possíveis cenários: (1) o da absoluta supremacia americana, ainda que exercida sob a forma de um império benigno; (2) o de uma hegemonia americana baseada na cooptação das grandes potências, com significativa descentralização do poder, segundo o antigo modelo da "Liga Helênica", ou (3) o de um restabelecimento, no mundo, de um regime multipolar, com os decorrentes riscos de que venha a eclodir, ainda que de forma não deliberada, uma suicida confrontação nuclear.

Importaria assinalar, com relação à hipótese de um império mundial americano, a medida em que esse "império" seria muito diferente de seus predecessores. Um possível "império americano" não consistiria, como os impérios históricos, num sistema formalizado de poder, em que representantes do centro imperial, como procônsules ou vice-reis, controlem suas "províncias" ou "colônias", com apropriado apoio de uma burocracia

e de forças militares imperiais. É certo que o posicionamento de importantes contingentes militares americanos em pontos estratégicos do mundo se assemelha ao antigo posicionamento das legiões romanas no ecúmeno. Isto não obstante, esse "império" tenderia a ostentar características de um "campo", como falamos de campo magnético ou campo gravitacional. No âmbito geral do processo de globalização, que igualmente afeta os EUA, esse país foi levado a dispor de condições que lhe permitem otimizar em seu proveito os efeitos da globalização. Tudo se passa, por isso, no sentido de a globalização operar como uma americanização das áreas e setores submetidos a esse processo. O "império americano" resulta, assim, no âmbito da globalização, de um conjunto de constrangimentos econômico-financeiros, tecnológicos, culturais e políticos, bem como militares, quando convenha, que compelem as áreas submetidas a sua influência a atuar de conformidade com os interesses americanos, independentemente da vontade de seus respectivos dirigentes.

É provável que esse sistema imperial, na medida em que se consolide e universalize, assuma características cooptacionais semelhantes às que Filipe da Macedônia logrou impor à "Liga Helênica". Uma "Liga Helênica" americana consistiria, assim, num sistema de hegemonia mundial regulado por princípios cooptativos, em que as grandes potências e países de maior peso internacional participariam da direção do sistema, com uma ponderação basicamente correspondente a sua respectiva margem de poder, os EUA nele preservando sua liderança e sua supremacia militar.

Diversamente, a hipótese de que venha a se formar um novo regime multipolar conduziria a uma nova ordem mundial compreendendo grandes sistemas autônomos de poder, com países como os EUA, uma China superdesenvolvida e uma Rússia que tenha recuperado a condição de superpotência, cercados, em mais baixo nível de influência, por um grupo de superinterlocutores internacionais, eventualmente compreendendo os subsistemas políticos europeus, Índia, Brasil, Japão e um menos bem integrado sistema islâmico, mantendo-se, na cúpula do sistema, uma vigilância armada, conducente a um frágil equilíbrio de poder, baseado na prática inviabilidade de um grande conflito nuclear. Essa ordem mundial, que poderia se prolongar por muito tempo, tenderia, se não sobrevier, ainda que indeliberadamente, uma suicida confrontação nuclear, a assumir, gradualmente, crescente institucionalização conducente, a longo termo, a uma *Pax Universalis* e a uma satisfatoriamente unitária ordenação do mundo.

2. *Questões Culturais*

Níveis do problema

As questões culturais tendem a tornar tanto mais relevantes quanto mais desenvolvidas as sociedades. Nas condições atuais, em que conflitos militares deixaram de ser viáveis, salvo em regiões periféricas do mundo, as questões culturais assumem crescente importância. Reduzidas ao essencial, essas questões são de duas ordens: (1) no âmbito de cada um dos grandes sistemas culturais existentes, o que está em jogo é o relacionamento entre tekhné e telos, entre as perspectivas tecnológica e a humanista, entre a eficácia e a qualidade de vida; (2) no inter-relacionamento entre os grandes sistemas culturais que sobreviveram até o século XXI – os mundos Ocidental, Islâmico, Chinês, Japonês, Indiano e Africano – o que está em jogo é a margem de influência que cada qual exerça sobre os demais. Importantes subdivisões, por outro lado, marcam cada um desses mundos. Assim, no Ocidente, suas vertentes germânica, latina, anglosaxônica e eslava. No mundo Islâmico, as vertentes Sunita e Xiita. No Indiano, a Bramânico-induista e a Budista.

Vista esta última questão em perspectiva histórica observa-se, como nota predominante, a medida em que a cultura Ocidental, a partir de fins do século XVII, foi exercendo crescente influência sobre as demais. O desenvolvimento científico do Ocidente, desde Galileu e Newton, gerou condições para a utilização técnica desse saber. O desenvolvimento tecnológico do Ocidente, notadamente em suas manifestações militares acumulou, a favor dos países europeus, uma crescente e irresistível superioridade sobre os povos de cultura não-ocidental. No curso do período que vai da segunda metade do século XVII a princípios do século XX o mundo europeu, mais tarde seguido pelos Estados Unidos, empreende uma crescente expansão, às custas dos mundos Islâmico, Chinês, Japonês e Africano.

Haveria que assinalar, nesse processo, duas importantes ocorrências. A primeira, que se faz sentir em todos os grandes sistemas culturais mas, particularmente, no Ocidental, é a medida em que o conhecimento científico e o progresso tecnológico se convertem, de um elemento assessório, como inicialmente eram, em elemento fundamental. Esse processo atinge tal

grau, no Ocidente, que não se pode mais falar, atualmente, de Civilização Ocidental, como se o podia fazer até meados do século XIX. Esta, de suas origens, a partir da dissolução do império carolíngio, até meados do século XIX ou mesmo, até a Primeira Guerra Mundial, era uma cultura teocêntrica, que encontrava seu núcleo referencial no Cristianismo. A partir de períodos mais recentes, o núcleo central da cultural Ocidental passou a ser suas concepções científico-tecnológicas. As crenças religiosas sobrevivem, em maior ou menor grau, conforme os países ocidentais que sejam considerados. Mas, em todos eles, deixaram de constituir o núcleo central de sua visão do mundo, Cabe, assim, considerar a atual Civilização Ocidental como um Ocidente Tardio, da mesma forma em que falamos de Antigüidade Tardia, quando nos referimos ao trânsito da Civilização Clássica para o Cristianismo, a partir de Constantino.

A outra significativa ocorrência, que importa levar em conta, é a medida em que a ocidentalização unilateral do mundo, que se inicia desde fins do século XVII, passou, a partir do século XVIII mas, de forma mais acentuada, a partir de meados do século XX, a encontrar reciprocidade na crescente influência de elementos não ocidentais no Ocidente. Assim, entre tantos outros aspectos, a decisiva importância de elementos africanos na música popular e na arte ocidentais, de elementos búdicos nas práticas de auto-ajuda, de elementos japoneses nas técnicas de luta ou na culinária, de elementos islâmicos e chineses na ornamentação.

Diferentemente do que supôs Samuel Huntington[2] o mundo não caminha para uma guerra entre as civilizações. Os conflitos com grupos ou sociedades islâmicos e a possibilidade de um antagonismo sino-americano são, atual ou potencialmente, conflitos de poder, não conflitos civilizatórios. No largo prazo, tudo indica que o mundo se encaminha para a formação de uma abrangente Civilização Planetária, incorporadora de todas as civilizações, tendo como eixo organizatório a Civilização Ocidental Tardia, mas apresentando características e subdivisões internas – vertentes islâmica, búdica, etc. – equivalentes às que, na Civilização Ocidental, diferenciaram suas vertentes latina, germânica, anglosaxônica e eslava.

[2] Cf. Samuel P. Huntington, The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order, London, Simon & Schuster (1997), 1998.

Tecnologia e humanismo

Como precedentemente se indicou, a segunda ordem de grandes questões culturais com que se defronta o homem contemporâneo diz respeito, no âmbito de cada sistema cultural, ao relacionamento entre as perspectivas tecnológica e humanista. Trata-se, como já mencionado, do relacionamento entre o mundo dos meios, o da *tekhnê* e o mundo dos fins, o do *telos*.

As épocas bem sucedidas da história foram marcadas por um satisfatório equacionamento entre esses dois tipos de valores, sob a predominância dos valores finalísticos, relativamente aos instrumentais. Assim, a cultura helênica, na longa fase que vai do período pré-urbano (século VIII aC) ao império de Alexandre (século IV aC), desenvolveu uma base tecnológica que se revelaria, no fundamental, satisfatória para as necessidades do mundo antigo, enriquecida por futuras importantes contribuições helenísticas e romanas[3]. É de notar-se o fato de que o instituto da escravidão, que permeia todo o mundo antigo mas se tornou socialmente mais relevante nos períodos helenístico e romano, inibiu a utilização prática das notáveis inovações tecnológicas do período helenístico, restringindo-as, sobretudo, ao uso militar. O escravo, máquina humana, dispensava a mecânica. Ademais do uso militar, as inovações helenísticas foram incorporadas à medicina e serviram para produzir prodígios nos templos.

Com base nessa tecnologia, o mundo grego desenvolveu uma extraordinária pauta de valores que disciplinou a vida helênica, desde a heróica *areté* homérica à harmoniosa *kalogatia* urbana dos *eupatridai*, que combinava as virtudes viris com um aristocrático sentido do dever cívico e que, com a democracia, se estendeu ao homem comum.

Desaparecida a polis, com o império de Alexandre e a formação dos reinos helenísticos, o compromisso paroquial com a cidade foi substituído pela ética cosmopolita do epicurismo (que não tinha o sentido sibarítico que o vocábulo adquiriu modernamente) e do estoicismo. Ambas essas

[3] Sobre tecnologia antiga vide R. J. Forbes e E. de Dijksterhuis, A History of Science and Technology, 1ºVol. Baltimore, Penguin Books, 1963, sobre tecnologia helenística vide M. Rostovzeff, The Social and Economic History of the Hellenistic World, parte pg. 1180 e Sts., Oxford, Clarendon Press (1941), 1959 e 1964.

filosofias igualmente preconizavam, sem embargo de suas importantes diferenças, a combinação da serenidade pessoal com o compromisso de serviço para com a sociedade e um sentido de rigor, quanto a si mesmo e de tolerância, quanto aos demais.

O cristianismo introduziu, com o ideal da salvação, as pautas de conduta do bom cristão, que comandaram o comportamento ético do Ocidente até o século XVIII. O período moderno, iniciado com a Ilustração, introduziu uma diferenciação entre a religião e a ética naturais, ditadas pelo coração humano, louvadas pelos filósofos deístas, de suas formulações dogmáticas, por aqueles criticadas e criou o ideal do "honnête homme".

A crise das religiões reveladas e dos valores tradicionais, que se acelera a partir da Primeira Guerra Mundial e se expande exponencialmente no curso da segunda metade do século XX, gerou no mundo contemporâneo, mas particularmente no Ocidental[4] uma profunda crise de valores. Que sentido tem a vida quando esta se esgota neste mundo? Que sentido tem o mundo, dominado pelos ricos e poderosos?

Nesse contexto, trava-se o conflito entre a perspectiva tecnológica e a perspectiva humanista. Se a vida se esgota neste mundo e este mundo é dominado por fatores de riqueza e de poder, o que importa é a acumulação da capacidade de adquiri-los. O importante é o "*know how*" e sua manifestação operacional, que é a tecnologia. Essa perspectiva se torna particularmente dominante no mundo anglo-saxão e, notadamente, nos Estados Unidos.

Contrastando com essa perspectiva, subsiste no mundo contemporâneo uma importante dose de humanismo, que em contraste com o "*know how*" constitui um "*know for*". Um humanismo que se revela, de um modo geral, na cultura das sociedades latinas, particularmente num país como a Itália, onde o humanismo está difundido pela massa do povo e, como a prosa de M. Jourdain, é prática quotidiana, sem que as pessoas disso se dêem conta. O humanismo, por outro lado, impregna a visão do mundo dos grandes filósofos continentais, de Jaspers a Scheler, de

[4] É de notar-se, a esse respeito, a medida em que a preservação dos valores religiosos em certas culturas não ocidentais, como notadamente no caso de Islã, corresponde à ampla sobrevivência de mentalidade e usos medievais.

Horckheimer a Habermas, de Sartre a Merleau Ponty, de Croce a Bobbio, de Unamuno a Ortega. Mesmo na filosofia anglosaxônica apesar de seu quase completo domínio pelo positivismo lógico, o humanismo se faz sentir, entre outros, em Whitehead e Bertrand Russel. Na Argentina, a filosofia humanista encontra alta expressão em Francisco Romero, Rizieri Frondizzi e Carlos Astrada. No México, em Octavio Paz e Carlos Fuentes. No Brasil, em Vicente Ferreira da Silva, Mario Vieira de Melo e Miguel Reale.

O humanismo contemporâneo, implícita ou explicitamente agnóstico, em suas manifestações filosóficas (se excetuarmos figuras notáveis como Teilhard de Chardin ou, no Brasil, os padres Fernando Bastos de Ávila e Henrique de Lima Vaz), aceita as limitações da natureza e da condição humana mas enfatiza o fato de que, num cosmos privado de sentido, num mundo injusto e numa vida humana efêmera, o sentido da vida é dado pelo homem, que dela pode – e deve – fazer, individual e coletivamente, algo de excelente e magnífico. O humanismo filosófico contemporâneo, dentro de suas múltiplas e distintas formulações, retoma, no fundamental, os preceitos do humanismo helenístico, aos quais agrega um profundo sentido social e ecológico. O humanismo popular, por outro lado, inconscientemente impregnado por esses valores, consiste, sobre tudo, numa arte de saber bem viver. É extraordinário se constatar a medida em que, graças a esse humanismo difuso mas efetivo na conduta das pessoas, as sociedades latinas, de um modo geral, de forma particularmente acentuada na Itália, ou em comunidades pobres da América Latina, onde se gera o samba carioca e o tango portenho, logram uma qualidade de vida incomparavelmente superior ao nível de seus rendimentos. As favelas de Salvador e do Recife – como eram as do Rio de Janeiro antes de controladas pelo narcotráfico – apresentam um extraordinário contraste com as zonas pobres do Harlem. Naquelas, reina uma alegria que se sobrepõe à miséria, enquanto neste último, apesar de um rendimento médio per capita incomparavelmente superior, predomina o ressentimento e a mais profunda frustração.

Como ocorreu nas boas épocas da história, o solucionamento do problema dos valores, em nossos dias, consiste em dar satisfatória combinação entre os valores-meio e os valores-fim, entre tecnologia e humanismo. O mundo contemporâneo depende da manutenção e, em larga medida, do desenvolvimento e da expansão, da tecnologia. Sem esse requisito, as sociedades contemporâneas seriam, muito rapidamente,

conduzidas a sua extinção. Por outro lado, sem o desenvolvimento e a expansão do humanismo, concebido na sua reformulação social e ecológica, a vida, individual e coletiva, fica privada de qualquer sentido, reduzindo-se aos extremos da busca do poder e do consumismo intransitivo, gerando essa terrível ocorrência do nosso tempo, o homem descartável.

Vistas as coisas, na cultura ocidental, a partir das diferenciações socioculturais do mundo anglo-saxônico e do latino, a este devendo se agregar os mundos germânico e eslavo, o problema consiste, por um lado, em incrementar o domínio da tecnologia, nas sociedades latino-germânicas e eslavas, e uma forte presença do humanismo, por outro lado, nas sociedades anglosaxônicas. Papel relevante, a esse respeito, cabe à América Latina, que revela extraordinária aptitude para sua acelerada modernização tecnológica mas dispõe, ademais, tanto a nível popular como a nível erudito, de importante dose de humanismo.

Afluência e marginalidade

A terceira ordem de grandes problemas com que se defronta o mundo contemporâneo se refere à abissal e crescente brecha que separa as sociedades afluentes das marginais e, de um modo geral, que se observa no âmbito de muitas sociedades entre setores muito ricos e muito pobres. Enquanto nas sociedades mais ricas do mundo a renda per capita é de mais de US$30.000,00, esta é da ordem de US$300,00 nas sociedades mais pobres, ou seja, cem vezes menor. Essa imensa desigualdade, como o revelou o Relatório da OIT de 2004, tende a se agravar.

Haveria que se distinguir, na análise da questão da pobreza e, de um modo geral, do subdesenvolvimento, o caso das sociedades que foram conduzidas a tal condição por circunstâncias históricas que se configuraram a partir da expansão do Ocidente, dos âmbitos de pobreza e marginalidade ocorrentes, notadamente, na América Latina e, bem assim, nos setores marginalizados observáveis em países ricos, como na Europa e nos Estados Unidos.

A grande massa da pobreza no mundo foi provocada pelos efeitos crescentemente inequalitários das três ondas do processo de globalização. Países como China e Índia ostentavam, no século XVI, um nível de

desenvolvimento semelhante, senão sob alguns aspectos superior, ao dos países europeus. Com os descobrimentos marítimos e a revolução mercantil a relação de renda per capita, originariamente da ordem de 1 para 1, se tornou de 1 para 2, em favor do Ocidente. A revolução industrial elevou essa diferença de 1 para 10. A revolução tecnológica de nossos dias conduziu, nos extremos dos países mais ricos e mais pobres, a uma relação de 1 para 100. As três ondas do processo de globalização elevaram, exponencialmente, a capacidade produtiva e a riqueza econômica dos países de vanguarda e contribuíram, através de termos de intercâmbio fortemente desfavoráveis, para empobrecer os países subdesenvolvidos. Nestes, finalmente, o insuficiente crescimento do excedente social, relativamente ao crescimento demográfico, perpetuou e agravou a pobreza.

O caso dos países africanos constitui algo de distinto do caso dos asiáticos. Nestes, grandes civilizações que não tiverem tempestivo acesso à revolução científica e tecnológica do Ocidente pagaram o alto preço histórico precedentemente mencionado. Países como China e Índia, entretanto, empreenderam, no curso da segunda metade do século XX, um extraordinário e bem sucedido esforço de modernização e desenvolvimento e estão se encaminhando para serem grandes interlocutores internacionais, no início do segundo terço deste século. No caso de países da África, todavia[5] o colonialismo europeu interveio quando ainda se encontravam em fase tribal e neles recortou, arbitrariamente, em função das ocupações coloniais, fronteiras não relacionadas com suas respectivas sociedades, criando Estados que, ao se tornarem independentes, não dispunham de satisfatória integração nacional. Acrescente-se que os países africanos estão submetidos a condições extremamente adversas, no que se refere à formação e à conduta de suas respectivas elites. Como tive a oportunidade de salientar, em outros escritos, as elites, tanto histórica como correntemente, têm um custo relativamente fixo de sustentação. Quando o excedente social é muito pequeno, como ocorre presentemente na África e como ocorreu na Europa até o século XVIII ou mesmo primeira metade do XIX, o custo de sustentação das elites absorve a quase totalidade do excedente social, condenando as massas à pobreza e perpetuando esta. Esse impasse sociológico tende a ser resolvido somente quanto se apresente uma de duas alternativas. Na maior parte dos

[5] Cf. Joseph Ki-Zerbo, "África, História Crítica da África no Sul do Saara", cap. 13 do Vol. II de Helio Jaguaribe, Um Estudo Crítico da História, São Paulo, Paz e Terra, 2001.

casos, quando a elevação da produtividade decorrente de melhores métodos e meios de produção (Europa) aumentem significativamente o excedente social, de tal sorte que o custo de sustentação da elite se torne percentualmente cada vez menor. Em casos excepcionais (restauração Meiji, no Japão) quando uma nova elite restringe seus gastos e investe crescente percentual do excedente social em bons projetos de desenvolvimento.

No caso da América Latina, onde é extremamente elevada a percentagem de pobres e de miseráveis, essa situação tem por causa imediata a completa deseducação desses setores, agravada, de um modo geral, por relativamente alta taxa de desemprego e, em particular, pelo contínuo declínio da demanda de trabalho braçal, decorrente do progresso tecnológico. A causa profunda dessa situação, entretanto, é a extrema desigualdade que tem caracterizado, desde a época colonial, as sociedades latino-americanas, que funcionaram, até meados do século XX e, em muitos países, ainda continuem funcionando, como economias produtoras de matérias primas e bens de baixo valor agregado. Esse sistema tem sido controlado por uma pequena elite, servida por uma vasta mão-de-obra de muito baixo salário. Esse quadro se caracteriza, ademais, pela insuficiente incorporação social das antigas populações indígenas ou dos descendentes de antigos escravos, freqüentemente majoritários (países andinos) ou extremamente numerosos (Brasil).

No caso, finalmente, dos setores marginais, na Europa e nos Estados Unidos, estes são integrados por imigrantes de muito baixo nível educacional e muito insuficiente incorporação à sociedade a que se transladaram, por serem vítimas de discriminação racial ou cultural.

O quadro geral resultante das situações precedentemente mencionadas se caracteriza pela existência de mais de um bilhão de miseráveis no mundo e de um número muito maior de pessoas em estado de grande pobreza. Essa situação não é apenas eticamente inaceitável. Ela é socialmente insustentável. O mundo não pode continuar, no curso do corrente século, consistindo em algumas ilhas de afluência cercadas por um oceano de miséria. As crescentes pressões migratórias que se exercerão sobre as sociedades afluentes não poderão ser contidas dentro de condições compatíveis com seus valores e seus padrões de civilização, ademais de manifestações também crescentes de terrorismo. Tais sociedades se

defrontam e se defrontarão, cada vez mais, com a alternativa de exercer, para conter esse influxo migratório e o terrorismo, uma prevenção e uma repressão de tipo fascista, que importará na fascistização dessas próprias sociedades – como está tendendo a acontecer nos EUA de Bush – ou, para manter seus valores e padrões democráticos, serão levadas a experimentar avassaladora invasão de indesejados imigrantes e compelidas a um importante esforço de ajuda internacional. Situação equivalente ocorre na maioria de países da América Latina, onde as grandes metrópoles estão cercadas por imensos anéis de marginalidade, nelas tornando inviável a preservação de satisfatórias condições de segurança e de padrões civilizados de vida.

O mundo civilizado tem de acabar com a marginalidade social, ou esta acabará com o mundo civilizado. Acabar com a marginalidade social é algo que não comporta uma receita única, cabendo diferenciar os casos asiático e africano dos casos latino-americano e euro-norte-americano, ademais de situações supercríticas como na Palestina. No caso asiático a solução já está sendo exitosamente adotada e consiste em manter as elevadas taxas de desenvolvimento que estão sendo obtidas por China e Índia. No caso dos países latino-americanos o que está em jogo são duas questões fundamentais: (1) efetiva e consistente vontade política de erradicar a marginalidade e (2) adoção, não menos efetiva e consistentemente, de um novo modelo econômico, que lhes permita superar a estagnação que os vem paralisando no curso dos últimos vinte anos e lhes proporcione taxas de crescimento anual semelhantes às dos países asiáticos. No caso da Palestina dá-se o urgente imperativo de uma solução eqüitativa para o povo palestino.

O problema dos âmbitos de marginalidade em países europeus está vinculado ao problema do subdesenvolvimento da África do norte e da África tropical. Escaparia às dimensões deste breve estudo qualquer intento de propor políticas e medidas para o desenvolvimento da África. Baste assinalar que a promoção desse desenvolvimento ultrapassa, de muito, o âmbito regional e constitui um problema crucial para a própria Europa e para o mundo. Importa ainda assinalar que qualquer política de desenvolvimento da África só será eficaz e consistente se for empreendida pelos próprios africanos, ainda que com maciça ajuda internacional.

O caso dos setores marginalizados dos Estados Unidos ostenta uma dupla face, interna e externa. Internamente, ele apresenta, em condições

muito mais favoráveis, semelhança com o problema social na América Latina. Trata-se de um problema de educação e de emprego, combinadamente com a efetiva incorporação à sociedade americana dos egressos de setores marginais.

Assinale-se, a esse respeito, o extraordinário progresso que se verifica, naquele país, na incorporação de afro-americanos aos padrões médios daquela sociedade. Algo que constitui um exemplo para um país como o Brasil, onde a inexistência (desde a abolição da escravatura) de prévias barreiras explícitas de discriminação racial favorece a persistência de barreiras implícitas. Externamente, essa questão está vinculada ao desenvolvimento da América Central, notadamente do México. À semelhança do que ocorre na relação África-Europa, embora em escala menos grave, a pobreza centro-americana alimenta maciças migrações para os EUA, que só cessarão com o desenvolvimento da América Central.

3. *Brasil*

Tarefa inacabada

Por diversos momentos, no curso do século XX, o Brasil deu importante passo no sentido de alcançar, autonomamente, um satisfatório e sustentável nível de desenvolvimento. Mencionem-se, particularmente, seis desses momentos. O primeiro se refere à Revolução de 1930, que mobilizou a classe média brasileira contra a orientação conservadora da República Velha e o esquema político que a perpetuava, mediante o qual o presidente da República e os governadores estaduais, apoiados pela fraude eleitoral, asseguravam a continuidade no poder de uma oligarquia político-latinfundiária. Esse esquema auto-sustentável só podia ser superado, como ocorreu em 1930, por uma vitoriosa revolução. Segundo importante progresso, este de caráter administrativo, foi realizado por Getúlio Vargas, no curso do Estado Novo (1937-1945) o qual, embora sendo um regime ilegítimo, instituído por um golpe, teve, a despeito de suas características ditatoriais e inúmeros aspectos negativos, o mérito de constituir, com o DASP, um Estado funcional moderno, em que todos os servidores públicos eram selecionados por concurso. Novo momento relevante ocorre com a restauração da democracia, em 1945 e sua institucionalização com a Constituição de 1946. O segundo governo Vargas, de 1951 a 1954, desta vez

democraticamente eleito e exercido, representou um sério intento para a promoção do desenvolvimento brasileiro. Os grandes projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o então criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico formularam projetos infra-estruturais e industriais de decisiva relevância, dando-lhes significativo início de implementação. As coisas pareciam se encaminhar, acelerada e exitosamente, para que o Brasil lograsse, até o fim do século, superar seu renitente subdesenvolvimento. O lamentável golpe udeno-lacerdista de 1954, mobilizado pelas forças mais reacionárias do país, pôs um termo a essa exitosa experiência e levou Vargas a preferir o suicídio a sua deposição. As expectativas então criadas, entretanto, a que o suicídio de Vargas deu dramático impulso, conduziram à eleição de Juscelino Kubitschek, restaurando no poder as forças progressistas do país. Com Kubitschek se abre uma era de extraordinário desenvolvimento. Com seu Programa de Metas Kubitschek dá uma exitosa execução ao projeto nacional-desenvolvimentista proposto pelo ISEB. Como mais tarde diria Kubitschek, com justificado orgulho, ele foi capaz de realizar, em cinco anos, a tarefa de cinqüenta. Tendo recebido, ao assumir o poder, uma sociedade agrária, entregou aos sucessores uma sociedade industrial, constituindo o mais importante parque industrial do Terceiro Mundo. Mais uma vez e, dessa vez, em condições extremamente convincentes, parecia que o Brasil iria definitivamente deslanchar. E mais uma vez, como o revelaria a subsequente história do país, o ímpeto desenvolvimentista de Kubitschek não teve satisfatória continuidade.

Uma análise, ainda que perfunctória, das condições e dos fatores que não permitiram satisfatória continuidade ao extraordinário arranque de Juscelino Kubitschek ultrapassaria as dimensões deste breve estudo. Seis dos mais relevantes aspectos dessa questão requerem, não obstante, sucinta menção. Podem ser assim enumerados: (1) taxa extremamente elevada de crescimento demográfico, superior no período a 3% ao ano, sobrecarregando a demanda doméstica; (2) extrema deseducação e pobreza da população rural, então majoritária; (3) falta de oportuna reforma agrária que permitisse a educação rural e satisfatória fixação do homem ao solo, assim evitando as massivas migrações rurais que inundaram as cidades brasileiras; (4) esgotamento da capacidade financeira do setor público; (5) insuficiente capacidade empregadora do sistema industrial contribuindo, indiretamente, para a marginalização dos migrantes rurais que se acumularam na periferia

das metrópoles e (6) submissão do dirigentes do país a uma visão neoliberal, perseguindo um equilíbrio macroeconômico que não lograram atingir, pagando, nesse esforço, o preço da estagnação do Brasil no curso dos últimos vinte anos.

Problemas e prazos históricos

Frustrando as expectativas da geração desenvolvimentista dos anos 50 o Brasil ingressou no século XXI sem ter logrado atingir, como se esperava, um satisfatório patamar de desenvolvimento autônomo e auto-sustentável. Não era mais a sociedade agrária e dependente da primeira metade do século XX. Mas, como precedentemente se mencionou, o importante surto industrial, espontaneamente iniciado a partir dos anos 30 e deliberada e fortemente acelerado no segundo governo Vargas e no governo Kubitschek, com alguns novos impulsos trazidos, de Castelo a Geisel, pelo regime militar, não foi suficiente para absorver o forte crescimento demográfico desse período, notadamente no que se refere à imensa massa de migrantes rurais que não lograram satisfatória inserção no sistema urbano e formaram os gigantescos anéis de marginalidade que cercam – e crescentemente estrangulam – todas as grandes cidades brasileiras. A inacabada tarefa do século XX legou ao século que ora se inicia – a partir, sem dúvida da nova importante base industrial e tecnológica construída na segunda metade daquele século – uma pesadíssima herança.

Defronta-se o Brasil, em última análise, com três grandes problemas: (1) complementar os esforços econômico-tecnológicos necessários para situar-se, autônoma, estável e sustentavelmente, num satisfatório patamar de desenvolvimento nacional; (2) levar a cabo a gigantesca tarefa de erradicar a miséria e reduzir a pobreza, eliminando os imensos anéis da marginalidade metropolitana e (3) ajustar os acordos internacionais necessários para assegurar condições externas que permitam e, desejavelmente, facilitem, a solução de ambos esses problemas.

Esses três grandes objetivos nacionais se deparam com imensas dificuldades. Estas, ademais das inerentes às tarefas a serem executadas, resultam de duas condições particularmente adversas: (1) prazos extremamente curtos para que sejam tempestivamente atingidos os desejados resultados e (2) inadequação do Estado e do modelo econômico brasileiros para uma satisfatória execução dessas tarefas.

A determinação de prazos históricos, para que certos eventos possam ter lugar, é relativamente simples quando se refere ao passado mas, obviamente, difícil e imprecisa, quando se refere a eventos futuros. Lançando um olhar retrospectivo para a história, pode-se estimar razoavelmente quando e porque a Espanha perdeu a hegemonia que detinha do século XVI à primeira metade do XVII. Quando e porque a França perdeu para o Reino Unido a hegemonia que havia obtido na sucessão da Espanha. O mesmo ocorre com muitos outros eventos históricos, como os que se referem à incorporação de determinadas inovações técnicas, como o uso militar da pólvora, a imprensa, a revolução industrial, etc. Diversamente, a estimativa do prazo de que um país como o Brasil disponha para levar exitosamente a cabo tarefas como as precedentemente enunciadas é necessariamente imprecisa.

O que importa, a esse respeito, desde logo, é tomar consciência do fato de que as tarefas em referência não se quedarão, por prazo ilimitado, susceptíveis de serem exitosamente realizadas pelo Brasil. Se o Brasil não lograr, a partir de agora e dentro de certo prazo, atingir, autonomamente, um satisfatório patamar de desenvolvimento econômico-tecnológico, não poderá mais fazê-lo. Com efeito, o processo de globalização, agravado pelos efeitos do unilateralismo americano, está reduzindo, acelerada e drasticamente, o espaço de permissibilidade internacional de que um país como Brasil ainda dispõe para atingir a meta em referência. O crescente controle da economia brasileira por grandes multinacionais, que já detêm 47% das 500 maiores empresas brasileiras, eliminará o controle privado brasileiro de sua própria economia, que se tornará dependente das matrizes estrangeiras dessas empresas e, publicamente, de Washington. Desta forma, como está ocorrendo com a maioria dos países do mundo, o Brasil se converterá num mero segmento do mercado internacional, com uma soberania puramente de fachada, submetida a irresistíveis constrangimentos econômico-tecnológicos do mercado internacional e políticos de Washington. De quanto tempo dispomos para evitar essa dependência e alcançar esse desejado patamar de satisfatório e autônomo desenvolvimento?

A estimativa desse prazo não é possível a partir das circunstâncias externas. No que dependesse apenas destas, o prazo seria curtíssimo, de alguns poucos anos. O que determinará esse prazo é algo que diz respeito ao relacionamento dos fatores internos com as circunstâncias externas. Algo

que diz respeito à complementação do processo do desenvolvimento brasileiro, concebida da forma mais acelerada possível. Na medida em que o Brasil se aproxime, com a máxima celeridade possível, do desejado patamar de desenvolvimento, nessa mesma medida irá alargando seu espaço de permissibilidade internacional. Assim concebido, esse prazo pode ser estimado como da ordem de vinte anos.

Uma estimativa extremamente bem concebida, tanto em termos técnicos como de viabilidade sócio-política, foi elaborada por Goldman Sachs em seu *paper 99*, a cargo de Dominic Wilson, de 1º de outubro de 2003. Nesse "*paper*" – de que se apresentam trechos relevantes no Anexo deste estudo – se estuda, comparativamente, a provável evolução econômica dos quatro grandes países emergentes – China, Índia, Brasil e Rússia, comparativamente à provável evolução econômica dos países do G6 (EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Itália). O estudo compreende o período que vai de 2000 a 2050 e apresenta resultados surpreendentes. Isto porque, se os emergentes mantiverem taxas de crescimento que estão, em média, perfeitamente a seu alcance, comparativamente às taxas de crescimento susceptíveis de ocorrerem nos países adiantados, o conjunto dos emergentes (notadamente por causa da China e da Índia) tenderá a alcançar, até 2040, um PIB superior ao conjunto dos países do G6.

De acordo com essa projeção, se o Brasil, a partir de um crescimento negativo correspondente ao quinquênio 2000-2005[6], mantiver, até 2020, uma taxa de crescimento ligeiramente superior a 6% ao ano, passando para 4,6 no período 2020-2025 e 4,7 no período 2025-2030, o Brasil ultrapassa o PIB italiano a partir de 2025, o francês a partir de 2035 e o alemão a partir de 2040.

Essas projeções, como outras do gênero que se possa formular com rigor técnico e satisfatórias perspectivas de viabilidade sócio-política indicam, claramente, a medida em que o futuro de países emergentes, como o Brasil depende, a partir do primeiro terço deste século, de seu próprio esforço de desenvolvimento. O Brasil teve taxas de crescimento econômico anual da ordem de 7% ou mais no período que vai dos anos 50 aos anos 60. Esse

[6] A previsão pessimista de Dominic Wilson para o Brasil, relativamente ao quinquênio 2000-2005, foi revertida para 2004 mas se apresenta como provável para 2005-2006

desempenho, historicamente já alcançado, pode certamente ser repetido, se para tal houver uma consistente vontade nacional e a adoção das medidas convenientes.

O outro prazo com que se defronta o Brasil é de ordem interna e é bem mais curto que o precedente. Trata-se do prazo de que o país ainda dispõe, antes que efeitos catastróficos se façam sentir, para superar a terrível marginalidade que cerca nossas metrópoles e, nesse processo, erradicar a deseducação, a miséria e reduzir as formas mais extremas de pobreza que assolam o Brasil. Essa questão é sucintamente tratada no capítulo IV deste livro. O que empresta a essa questão – que expõe um quadro ética e socialmente inaceitável – um adicional fator de agravamento, é o fato de o narcotráfico ter se instalado nas faixas da marginalidade metropolitana, onde encontra abrigo e facilidade de recrutamento de agentes. Com isto o terrível problema da miséria urbana ficou associado ao crime organizado, gerando um problema de segurança pública que ultrapassa, de muito, a capacidade de um enfrentamento predominantemente policial e a própria capacidade dos Estados da Federação. A superação da marginalidade metropolitana, antes que o poder público perca o controle das cidades e que, por outro lado, uma apavorada classe média, vítima de continuados assaltos, venha a apelar para soluções fascistas de combate ao crime, abre um prazo extremamente curto, de alguns poucos anos, para que significativos progressos sejam alcançados a esse respeito. Nesse contexto, deve ser seriamente considerada a opção da descriminalização da droga, como forma de acabar com o narcotráfico. Tal opção, todavia, depende de uma séria e ampla discussão científica da matéria.

Estado e modelo econômico

Como foi precedentemente mencionado o Brasil, para complementar seu desenvolvimento nacional, erradicar a miséria, com seu correlato da deseducação e superar o terrível problema da marginalidade metropolitana, se defronta com sérias deficiências de seu sistema público e do modelo econômico que vem sendo perseguido. Cada uma dessas deficiências exigiria uma análise que ultrapassaria as dimensões deste breve estudo. Cabe, assim, apenas uma sucinta referência a cada um desses problemas.

O problema das deficiências do sistema público envolve tanto a questão de seus insumos quanto a relacionada com suas condições operacionais. O problema dos insumos do sistema político diz respeito ao regime eleitoral e ao sistema de partidos. A restauração democrática de 1985, institucionalizada pela Constituição de 1986, não foi capaz de instituir, no Brasil, uma efetiva democracia representativa. O que criou foi uma democracia clientelista. O regime eleitoral vigente e o sistema de partidos políticos dele resultante não conduzem à eleição de personalidades, nem à formação de partidos, representativos de projetos públicos alternativos e sim, com as exceções de regra, a uma imensa rede clientelista, em que a grande maioria dos eleitos para o Poder Legislativo, nas três esferas da Federação, não é portadora de nenhum significado público. A grande maioria dos brasileiros é incapaz de mencionar o nome de seus antigos eleitos para o Poder Legislativo. Isto porque seu voto foi ocasional. As eleições legislativas, notadamente nos níveis estadual e federal, e também, no caso das grandes metrópoles, no nível municipal, resultam, predominantemente, de opções obtidas em troca de promessas de favores pessoais ou, nos melhores casos, locais. Raros são os parlamentares brasileiros eleitos porque sejam representativos de uma importante posição política ou de um significativo projeto público. Partidos como o PMDB – o maior do país – o PTB, o PL e outros, com algumas exceções, não têm nenhuma significação pública, nenhuma orientação ideológica, nenhum compromisso com os interesses nacionais. São máquinas clientelistas de troca de votos por favores. Nesse quadro, o PT se apresenta – ou se apresentava até recentemente – como portador de reivindicações sociais de caráter geral. O PSDB, a despeito de sua heterogeneidade, guarda um mínimo de compromisso com uma orientação social-democrata. O PFL associa o mais amplo clientelismo rural a uma certa postura liberal-conservadora.

Os estarrecedores escândalos revelados a partir de meados de 2005 comprovam, alarmantemente, as profundas deficiências de nossos regimes eleitoral e partidário. Nesse regime eleitoral e a partir de um sistema partidário predominantemente clientelista, as eleições para os executivos municipal e estadual são essencialmente personalistas. Ostentam maior margem de significação pública as eleições presidenciais. Essa maior representatividade pública, todavia, decorre muito mais dos candidatos e de suas tendências, mais de esquerda ou de direita, do que dos partidos

que os apresentem. Estes, predominantemente, funcionam como meras máquinas eleitorais.

Esse sistema político afeta, muito negativamente, a atuação do poder público. A falta de estáveis e previsíveis compromissos públicos, por parte da grande maioria dos legisladores, nas três esferas da Federação, prejudica o atendimento legislativo dos interesses nacionais, estaduais ou municipais, conforme o caso e compele os executivos a toda sorte de acordos, quase sempre às custas do erário ou dos interesses públicos, como foi denunciado, em junho de 2005, pelo deputado Roberto Jefferson, para lograr maiorias parlamentares que aprovem seus projetos.

A esse quadro se adicionam importantes deficiências da própria máquina estatal, em suas três esferas de atuação. O resultado final acusa uma enorme brecha entre o custo do sistema público e seus produtos e dá a esse sistema muito baixa taxa de eficácia. Para sorte do Brasil, circunstâncias diversas têm possibilitado níveis muito satisfatórios de desempenho a certos setores da administração federal, notadamente o ministério das Relações Exteriores, a cúpula do Ministério da Fazenda, o Banco Central, as Forças Armadas, o BNDES e, em escala mais modesta, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Algumas empresas públicas, como a Petrobrás ou a Embrapa, são também louváveis exemplos de satisfatório desempenho.

Como resulta evidente, a consistente e exitosa execução, pelo Brasil, no curso dos próximos vinte anos, de um grande projeto de desenvolvimento nacional requer, o mais prontamente possível, uma abrangente reforma de seu regime eleitoral, de seu sistema de partidos e da própria máquina do Estado.

Tanto ou mais importante, entretanto, para os fins do desenvolvimento brasileiro, é uma urgente crítica do modelo econômico que vem pautando o país. O modelo em vigor, que de certa forma, mais intencional que efetivamente, orientou os governos brasileiros desde a década de 80, foi consistentemente adotado pelo governo Cardoso e continuado, fielmente, pelo governo Lula, nos primeiros anos de seu mandato. Esse modelo, que pode ser denominado de "equilíbrio estático", consiste num conjunto de medidas macroeconômicas orientadas para assegurar, em cada exercício anual, o equilíbrio fiscal, monetário e cambial, conjuntamente com a produção de

um significativo superávit primário. Partindo do "consenso de Washington", que prescreve esse equilíbrio como fundamento de qualquer política econômica racional e recomenda confortável superávit primário, esse modelo, confrontado com a extrema rigidez da despesa de custeio e os limites toleráveis para a tributação, é compelido a renunciar, praticamente, a inversões públicas. No caso brasileiro, a preocupação de conter a inflação a níveis que se aproximem, no máximo, de 5% ao ano, conduz à sustentação de elevadíssima taxa de juros, como meio de desestimular excessos da demanda. Essa taxa básica de juros, de 18,25% em janeiro de 2005 – a mais alta do mundo e muito mais alta para as empresas – exerce, por seu lado, um duplo efeito negativo. No tocante à iniciativa privada, freia a capacidade de investimento das empresas. No tocante à União, conduz o serviço da dívida interna a comprometer cerca de um terço de sua despesa. O resultado final é a prolongada estagnação em que o país está mergulhado, desde a década de 80, com a relativa exceção de 2004.

As autoridades monetárias reconhecem esse efeito estagnante, que conduziu o país a um crescimento negativo, no exercício de 2003, mas sustentam os méritos do modelo, alegando que ele evitou uma grave crise econômica, no primeiro ano do mandato de Lula e pôs a casa em ordem, de tal sorte que, partir do segundo ano desse governo, um importante crescimento econômico deveria ocorrer, o que efetivamente aconteceu.

A sustentação de alta taxa de juros, no curso de 2005, ameaça, entretanto, impedir esse prometido novo surto de desenvolvimento. Supondo-se, todavia, que se realizem as expectativas do governo, observa-se que a taxa de crescimento prevista para o período 2004-2006, dentro das restritas possibilidades desse modelo, é apenas da ordem de 4% por ano. Essa taxa de crescimento se situa muito abaixo do mínimo necessário para o país lograr, no curso dos próximos vinte anos, o acelerado desenvolvimento necessário para que alcance o desejado patamar de autonomia e de auto-sustentabilidade. Para esse efeito, a taxa de crescimento mínima requerida, como o indica o estudo de Goldman Sachs, é superior a 6% ao ano.

Inserção internacional

É importante, para a maioria dos países, lograr uma conveniente inserção no sistema internacional. Essa inserção é menos relevante para

mini-países que dependem de fatores predominantemente da esfera privada, como o turismo ou a condição de paraíso fiscal e ainda para países extremamente subdesenvolvidos, que não chegam a constituir Estados aptos a participar do sistema internacional. É interessante observar que mesmo para os Estados Unidos, a despeito de sua condição de única superpotência, a desastrada política unilateralista do governo Bush isolou o país da comunidade internacional, tornando-o uma potência ilegítima, vista com reserva ou hostilidade pela grande maioria dos povos do mundo.

No caso do Brasil, sua conveniente inserção internacional, mais que desejável, é condição necessária para que o país logre atingir tempestivamente sua meta de alcançar um satisfatório patamar de autonomia e de sustentável desenvolvimento. A relevância de uma apropriada inserção internacional, para o Brasil, decorre do fato de que, nas presentes condições do processo de globalização, exacerbadas pelo unilateralismo do governo americano, o país não disporá de suficiente resistência para se opor a imensas pressões que sobre ele serão exercidas pelos EUA, pelas grandes potências, pelas multinacionais e pelo sistema financeiro internacional, se não dispuser de apropriado apoio compensatório no sistema internacional.

Que significa esse apropriado apoio internacional? A esse respeito diversas coisas estão em jogo. Importaria salientar, entre elas, a particular relevância de cinco requisitos: (1) aliança estratégica com a Argentina e, com base nela, consolidação de Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações, com a formação de um sistema de cooperação e livre comércio; (2) ajuste de adequadas parcerias com os três outros países emergentes de grandes dimensões, China, Índia e Rússia; e com a África do Sul (3) manutenção de ativa cooperação política e econômico-tecnológica com a União Européia, equilibrada por ativas relações de intercâmbio com os EUA; (4) dinâmico relacionamento com instituições internacionais como o Banco Mundial, o BID, o FMI, a OMC e muito particularmente as Nações Unidas e suas mais relevantes agências; (5) urgente construção e difusão internacional de uma favorável imagem cultural do Brasil.

Argentina - Brasil

A relevância de cada um dos cinco requisitos precedentemente enumerados é, em grande medida, auto-explicativa. Como o reconhecem,

presentemente, os setores responsáveis do Brasil e da Argentina, uma sólida, confiável e eqüitativa aliança estratégica entre os dois países constitui o requisito básico de suas respectivas inserções internacionais. Argentina e Brasil não dispõem mais, neste incipiente século XXI, de condições para um destino histórico isolado. Falta à Argentina massa crítica para, isoladamente, nas presentes condições do mundo, construir um destino histórico próprio. Falta ao Brasil, nessas mesmas presentes condições do mundo, a despeito de sua massa crítica, suficiente taxa de integração social para, isoladamente, preservar sua elevada margem de integração nacional. Observe-se, a esse respeito, que o prazo de que o Brasil necessitaria para lograr atingir um nível de integração social suficiente para sustentar isoladamente sua atual taxa de integração nacional, é provavelmente correspondente a três gerações, ou seja, segundo Ortega, a cerca de 45 anos, o que seria muito superior ao prazo – da ordem de vinte anos – de que dispõe para atingir um satisfatório patamar de autonomia e desenvolvimento.

Uma sólida e eqüitativa aliança argentino-brasileira já asseguraria, por si mesma, um amplo alargamento do espaço da permissibilidade internacional de ambos os países. Tal aliança, entretanto, tenderá a acarretar, com alta probabilidade, dois outros importantes efeitos correlatos: (1) consolidação do Mercosul e (2) consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações, com a formação de um sistema de cooperação e livre comércio. Tanto Uruguai como Paraguai têm inerentes interesses de ordem estrutural em consolidar o Mercosul, que para eles constitui um mercado que absorve cerca de 50% de suas exportações. Circunstâncias ocasionais, decorrentes de acasos eleitorais em cada um desses países, ou de outra procedência podem, eventualmente, como ocorreu com a inconsistente presidência Batle, no Uruguai, desfavorecer temporariamente o Mercosul. Uma sólida e estável aliança argentino-brasileira, entretanto, constituiria um poderoso condicionamento para eliminar, praticamente, riscos dessa natureza.

Da mesma maneira cabe observar que os acordos firmados pelo Mercosul com a Comunidade Andina, no primeiro ano de governo do presidente Lula, que conduziram a formação da Comunidade Sul-americana de Nações, em 2004, tenderão a levar, com base na aliança argentino-brasileira, à formação, a curto prazo, de um sistema sul-americano de cooperação e livre comércio. Esse tema requer breve referência ao projeto ALCA.

ALCA

Tal como formulado pelos EUA esse projeto, a pretexto da formação de uma grande área de livre comércio, do Alasca à Patagônia, visa a submeter os países sul-americanos – tendo como objetivo principal Brasil e Argentina – a um regime de dupla desigualdade, extremamente favorecedor dos EUA. Desigualdade, desde logo, por instituir um regime geral de livre comércio entre economias extremamente desiguais, automaticamente favorecedor da economia mais avançada, que no caso é a mais avançada do mundo. Desigualdade, por outro lado – como se o primeiro aspecto não fosse sobejadamente suficiente – por instituir um sistema que exclui desse livre comércio os setores menos competitivos da economia americana e nele inserir, artificiosamente, dispositivos exclusivamente favorecedores dos EUA, como os relativos à propriedade intelectual e a compras governamentais. Mencione-se, apenas a este respeito, que nenhuma empresa sul-americana jamais poderia participar, competitivamente, de compras do governo norte-americano, cujos itens mais importantes são sofisticados equipamentos militares, enquanto qualquer empresa americana do ramo poderia vantajosamente competir com as compras dos governos do sul, restritas a itens banais de consumo.

Ante essa escandalosa proposta dos EUA, o Mercosul por iniciativa argentino-brasileira se opôs a qualquer acordo do qual não fossem eliminadas as cláusulas assimétricas e exigiu que o acordo se restrinja ao livre comércio nos setores em que os países sul-americanos sejam satisfatoriamente competitivos. Países da América Central e alguns andinos, por razões que aqui não importa elucidar, são favoráveis à ALCA na sua integral formulação americana. Ante essa situação, o Mercosul propõe, por um lado, que o acordo geral seja restrito aos termos aceitáveis pelo Mercosul (ALCA leve) e, por outro lado, que os países andinos que o desejarem firmem acordos mais amplos com os EUA sempre que concedam, ao Mercosul, as mesmas facilidades que outorguem aos EUA. A instituição de um sistema sul-americano de cooperação e livre comércio daria satisfatório atendimento a essa reivindicação do Mercosul.

Outros requisitos

Os demais requisitos, precedentemente enumerados, que pautam a política externa brasileira, são suficientemente auto-explicativos e dispensam

mais elaborada discussão. Saliente-se, apenas, no que se refere aos países emergentes de grandes dimensões, como China, Índia e Rússia, bem como no caso da África do Sul, a medida em que, independentemente de suas respectivas especificidades, sua condição de subdesenvolvidos de grandes dimensões lhes empresta importantes interesses comuns, na arena internacional. Importa identificar tais interesses e assegurar a proteção dos mesmos mediante apropriados acordos.

Algo de equivalente importa mencionar, no que diz respeito à União Européia. Os entendimentos entre o Mercosul e a U.E. vêem sendo prejudicados pela política de escandaloso subsidiamento agrícola por ela praticada, altamente detrimental para os países do Mercosul. Registre-se, a esse respeito, o fato de que, em nome de uma razoável preocupação européia em defender sua "cultura de aldeia", são adotados subsídios de tal magnitude que permitem que produtos extremamente subcompetitivos, como o açúcar de beterraba, sejam exportados para o resto do mundo, em termos competitivos com o melhor e mais barato açúcar do mundo, que é o brasileiro. O amadurecimento da questão, em ambos os lados do Atlântico, está abrindo espaço para um entendimento mais equilibrado entre o Mercosul e a U.E. Trata-se, em última análise, de dar um encaminhamento reciprocamente vantajoso a questões do interesse comum, como a preservação internacional do multilateralismo, a cooperação científica e tecnológica e, enquanto se mantiver o regime de subsídios à agricultura européia, trata-se de suprimir os supersubsídios destinados, artificialmente, à exportação de bens não-competitivos. Supressão essa que resulta favorável para a grande maioria dos europeus.

Um equilibrado entendimento com a União Européia facilita um equilibrado entendimento do Mercosul com os EUA. Trata-se, em última análise, de reduzir a ALCA a termos reciprocamente aceitáveis e de manter e intensificar com os EUA relações de intercâmbio igualmente equilibradas.

Algo deve ser dito, ainda que muito sucintamente, a respeito da construção e difusão internacional de uma favorável imagem cultural do Brasil. É extremamente preocupante o fato de o sistema político brasileiro e, por decorrência, o poder público, não terem a menor idéia da alta relevância de que se reveste, para o Brasil e para sua inserção internacional, sua cultura e a imagem que dela saiba projetar.

Vistas as coisas em perspetiva histórica, a cultura é a dimensão mais importante de um país. Lembramo-nos do Egito, da Grécia ou de Roma, por causa de sua cultura. De Florença e da Itália, por causa do Renascimento. Foi o alto nível de cultura de países como França, Inglaterra e Alemanha que permitiu o extraordinário florescimento de suas economias e de seus sistemas políticos. Contrastando com essa decisiva realidade a cultura, no Brasil, é vista, por um lado, como luxo de intelectuais e, por outro, na sua dimensão popular, como se resumindo em carnaval e futebol.

Sintoma desse profundo e fatal erro de avaliação, domesticamente, é nosso terrível atraso sociocultural e internacionalmente, a insignificante projeção cultural do Brasil no mundo. Contrastando com nosso país, o México, detentor de uma importante cultura, não necessariamente, porém, superior à brasileira, tem plena consciência de sua relevância, dotando-a do apoio de recursos púbicos mais de dez vezes superiores aos disponíveis no Brasil e dela faz, competentemente, a mais ampla difusão internacional. Como resultado, o México goza de uma alta e favorável imagem internacional e o Brasil é depreciativamente visto como país carnavalesco.

O Brasil não disporá, internamente, de condições para superar seu subdesenvolvimento, que é predominantemente sociocultural, se não empreender, urgentemente, uma profunda reavaliação da importância do fator cultural. Ademais, todos os requisitos precedentemente enunciados, cujo atendimento é indispensável para assegurar uma satisfatória inserção internacional ao Brasil, serão insuficientes se o país, com a possível brevidade, não elevar substancialmente a atenção que dedica a sua cultura e à difusão internacional de uma boa imagem da mesma.

4. *A Tarefa do Brasil*

Perspectivas

Como se intentou indicar, nas linhas precedentes, o mundo se depara, ao se iniciar o século XXI, com três principais ordens de problemas: (1) o da formação de uma nova ordem mundial, substitutiva da antiga polaridade americano-soviética; (2) o de resolver o crucial problema da cultura contemporânea, relativo ao relacionamento da perspectiva tecnológica com a humanista e, conjuntamente com essa problemática, o do relacionamento

entre os grandes sistemas culturais remanescentes e as grandes subdivisões neles ocorrentes e (3) o de encontrar uma solução satisfatória para o problema das crescentes e abissais diferenças que separam as sociedades afluentes das marginais e, em ambas, seus setores extremamente ricos dos extremamente pobres.

No que se refere à nova ordem mundial três cenários se apresentam como alternativamente prováveis, em termos de meados deste século: (1) a consolidação e universalização do "império americano"; (2) a formação de um sistema, sob liderança americana, de cooptação das grandes potências e países de grande peso, à semelhança de "Liga Helênica" formada por Felipe da Macedônia e (3) a emergência de um novo regime multipolar, em que Estados Unidos, China e Rússia mantenham, entre si, um tenso regime de vigilância recíproca, susceptível, ainda que indeliberadamente, de gerar uma catástrofe nuclear ou, diversamente, levado, lenta e gradualmente, a crescentes níveis de institucionalização, conduzindo ultimamente a uma *Pax Universalis*.

No que diz respeito à questão cultural, dois diferentes aspectos devem ser distinguidos. No âmbito de cada um dos grandes sistemas culturais remanescentes, a questão que se apresenta é de como compatibilizar adequadamente os valores-meio com os valores-fim, ou seja, a perspectiva tecnológica com a perspectiva humanista. Segundo outro ângulo, o que está em jogo é o inter-relacionamento das civilizações contemporâneas, tudo indicando que se está processando a formação de uma Civilização Planetária, tendo por base a Civilização Ocidental Tardia, mas incorporando importantes elementos das culturas islâmica, chinesa, japonesa, indiana e africana.

No que concerne, finalmente, a questão Norte-Sul, observou-se a inviabilidade da persistência, no curso deste século, de ilhas de afluência cercadas por oceanos de miséria. A preservação dos valores culturais e dos padrões de civilização das sociedades afluentes dependerá da medida em que sejam capazes de uma decisiva contribuição – notadamente no caso da África – no sentido de erradicar a miséria do mundo e reduzir o intervalo que separa as sociedades afluentes das marginais.

Ante essas perspectivas, um país como o Brasil se defronta com algumas opções fundamentais. No que se refere à formação de uma nova

ordem internacional, num quadro fortemente condicionado pelo processo de globalização, o Brasil se encontra submetido a prazos historicamente muito curtos para lograr preservar satisfatória margem de autonomia e lograr atingir um patamar de desenvolvimento auto-sustentável. Diversos requisitos internacionais terão de ser satisfatoriamente atendidos para esse efeito, no curso de um prazo da ordem de vinte anos. Fundamental, para tanto, é a pronta consolidação de uma estável, confiável e eqüitativa aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina. Se o Brasil lograr uma satisfatória inserção internacional – presumido apropriado nível interno de desenvolvimento – disporá de condições para ser, no âmbito do Mercosul e do sistema sul-americano, um importante interlocutor no processo de formação de uma nova ordem mundial. Não terá poder decisório sobre o cenário alternativo que venha a prevalecer. Mas otimizará suas condições de inserção nesse cenário.

Confrontado com o problema do equacionamento entre valores-meio e valores-fim, entre tecnologia e humanismo o Brasil, como de um modo geral a América Latina, dispõe de condições particularmente favoráveis, na medida em que conserva uma importante dose de valores humanistas e manifesta grande propensão a se modernizar tecnologicamente. Esse bom equacionamento, entretanto, só poderá se dar se o país se encaminhar, com suficiente celeridade, no sentido de atingir um satisfatório patamar de autonomia e desenvolvimento auto-sustentável.

Face ao gravíssimo problema da marginalidade, mundial e nacional, a contribuição brasileira para a redução daquela consistirá, fundamentalmente, na superação dos grandes contingentes marginais de sua própria sociedade. No capítulo IV deste livro procede-se a uma sucinta discussão dessa questão. No relativamente curto prazo, ela é a mais séria de todas com que o Brasil se confronta. Como precedentemente se indicou, é extremamente curto o prazo de que o Brasil dispõe para dar-lhe um decisivo encaminhamento. Se não o fizer, aceleradamente e desde agora, o poder público perderá, para o crime organizado, o controle das grandes metrópoles e uma classe média apavorada, vítima indefesa da violência metropolitana, apelará para soluções fascistas.

Ante esse quadro abre-se para o Brasil uma inescapável alternativa: (1) a de lograr, a relativamente curto prazo, superar os aspectos mais graves da

marginalidade interna, conseguir apropriada inserção no sistema internacional, nele obtendo satisfatórias margens de apoio e alcançar, num prazo de não mais de vinte anos, um patamar de desenvolvimento econômico-tecnológico autônomo e auto-sustentável equivalente ao de um país como a Itália e de desenvolvimento social equivalente ao da Espanha ou (2) tornar-se um mero segmento do mercado internacional, preservando uma soberania de fachada, mas efetivamente submetido, domesticamente, ao controle das grandes multinacionais e, internacionalmente, de Washington.

Os problemas que o Brasil terá de resolver, a curto, médio e longo prazos, são complexos e requerem uma enorme concentração de esforços, com uma grande continuidade e consistência de políticas. O país dispõe, objetivamente, de condições para dar exitosa solução a esses problemas. Mas para tal necessita, em primeiro lugar, tomar plena consciência dessa problemática e dos requisitos necessários para enfrentá-la. Complementarmente, como sucintamente se discute no capítulo II deste livro, necessita empreender, prontamente, uma revisão crítica de seu modelo econômico e sua substituição por um modelo que libere, diretamente do setor público e, por induzimento, do privado, os imensos recursos necessários para dar execução às tarefas que tem pela frente. Necessita, ainda no curso do atual mandato do presidente Lula, extremamente debilitado pela crise política do "mensalão", encontra formas em assegurar um mínimo de governabilidade – para serem imposta, entre outras providências, empreender uma ampla e profunda reforma de seu sistema político, conjuntamente com a adoção de medidas que elevem, significativamente, a eficácia do poder público, particularmente da União. Necessita igualmente, nesse mesmo período, dar significativo encaminhamento aos esforços para a superação da marginalidade metropolitana.

Consciência e vontade nacionais

As tarefas que o Brasil tem pela frente, num horizonte que vai do imediato até a década de 2020, não podem ser cumpridas, nem mesmo simplesmente entendidas, se não se formar, a esse respeito, uma ampla consciência nacional e se mobilizar, para atacá-las, uma consistente vontade nacional, fundada num consenso básico a respeito dos aspectos essenciais da questão.

Por iniciativa de um grupo de destacados parlamentares, representativos das principais correntes políticas do país, coordenados pelo então deputado e atual senador Aloizio Mercadante, foi elaborada, em fins de 2002, uma Proposta de Consenso Nacional, baseada numa séria análise dos problemas brasileiros. As eleições de fins daquele ano e as vicissitudes ligadas à formação de um novo governo não permitiram, no curso dos exercícios de 2003 e 2004, que fosse dado andamento a essa proposta. É urgente que se o faça, ainda no curso de 2005. Nada de sério poderá ser empreendido no Brasil se não se lograr uma ampla conscientização de nossos problemas e um consenso básico a respeito do que deva ser feito.

Um novo Brasil

O Brasil pode se tornar um país extraordinário e uma excelente sociedade pluriétnica, dotada de sólida unidade nacional e de alta taxa de integração social, gozando de favorável inserção no sistema internacional. Dispõe, para isso, de um povo cordial e trabalhador, de uma grande cultura popular, de uma cultura erudita que já ostenta elevados padrões internacionais que pode, facilmente, se tornar uma cultura de ponta e combina a preservação de uma ampla margem de valores humanistas com notável aptidão para sua modernização tecnológica. Tudo isso se beneficia, demograficamente, de uma massa crítica de mais de 180 milhões de habitantes, predominantemente jovens, de um sistema produtivo que figura entre os dez melhores do mundo e de imensos recursos naturais, distribuídos por um território semicontinental.

Esse mesmo país, entretanto, se prevalecerem as tendências à estagnação dos últimos vinte anos, se prosperarem diversas manifestações de relaxamento e de falta de sentido ético, falta essa dramaticamente exibida no caso do "mensalão", se persistir um sistema político predominantemente clientelístico, conducente a um ineficiente Estado cartorial, se não for urgentemente adotado um modelo econômico desenvolvimentista, se não forem aceleradamente superados os mais graves aspectos da marginalidade metropolitana e da deseducação e miséria de cerca de 30% da população, o futuro brasileiro será lamentável e o país, a prazo relativamente curto, se converterá num mero segmento do mercado internacional, privadamente controlado por multinacionais estrangeiras e publicamente por Washington.

O destino brasileiro depende, fundamentalmente, dos próprios brasileiros. E será definido a relativamente curto prazo. Nesse sentido, constituiu algo de extremamente adverso o fato de o governo Lula, por uma lado, ter secumbido a uma política econômica neoliberal e, por outro, ter sido severamente afetado por escândalos de corrupções.

Os inquéritos em curso, na segunda metade de 2005, no âmbido de Comissões Parlamentares de Inquérito, do Ministério Público e da Polícia Federal, revelaram a prática, em assombrosamente ampla escala, de modalidades ilícitas de apropriação e de emprêgo de bens públicos para fins políticos por parte, notadamente, do PT, envolvendo a direção do partido, ex-ministro-chefe da Casa Civil e altas autoridades da República. Embora não se tenha comprovado, na data de redação destas linhas,a conivência do presidente Lula com à prática de tais atos, ficou patente, na melhor das hipótases, que escaparam a seu conhecimento e controle atos praticados no âmbito de seu próprio gabinete.

Entre as muitas conseqüências dessas estarrecedoras revelações avulta o profundo debilitamento da autoridade moral e pública do chefe do Governo. Avulta, também, a desoladpra decepção, por parte do povo brasileiro, partirculamente dos militantes do PT e dos que apoiaram o presidente Lula, de ver que suas expectativas de um projeto político que declaradamente se inspirava em altos padrões éticos e na proposta de uma grande renovação econômica e social, descambou para o ilícito penal, a corrupção e a mais completa ineficiência.

Na ocasião em que são redigidas estas linhas ainda não se pode saber, ademais do que já foi revelado, quais serão as conclusões finais desses inqueritos. Na hipótese de que o curso dessas investigações não conduza à inevitabilidade do "impeachment" do presidente Lula, é inquestionavel que lhe faltarão condições, no restante do seu mandato, para uma satisfatória direção do país. Em tal situação, o Brasil se vê confronatado com os mais graves problémas. A curto prazo é imprescindivel que as lideranças responsáveis se articulem no sentido de assegurar, para o restante do mandato do presidente Lula, condições mínimas de governabilidade. É indispensavel que os inquéritos em curso sejam conduzidos com pertinente abrangencia e seriedade, de sorte a uma efetiva apuração de todos os abusos que ocorreram, e a devida responsabilidade legal dos comprovadamente culpados. É

igualmente indispensavel que se proceda, com a possível urgência, a uma ampla e profunda reforma da legislação reguladora das eleições e dos partidos políticos, de sorte a corrigir as graves deficiências que estão sendo constatadas e se adote instituições que assegurem ao futuro da República condições para o exercício de uma ilibada democracia representativa.

A grave crise que se abateu sobre o Brasil requer, adicionalmente, a adoção de importantes medidas no que se refere ao futuro do país. O quadriênio Lula se está revelando um quadriênio partido. Por um lado, antes dos escândalos que arruinaram seu governo, a manutenção de uma política econômica neoliberal, com a breve excessão de 2004, ano em que se logrou um discreto crescimento econômico, prolongou a longa estagnação em que se encontra o Brasil desde a década de 1980. Por outro lado, depois dos escândalos do "mensalão", não se pode esperar nada importante do restante do mandato presidencial. A perda do quadriênio Lula afeta, perigosamente, as possibilidades de uma tempestiva superação de nosso subdesenvolvimento e requer uma duplicação de esforços, para o próximo quadriênio.

Outra importante conseqüência da desmoralização do PT e do governo Lula é o naufrágio de um partido e de um governo que eram portadores de grande esperanças populares. Sem esperanças, no presente, não se gera um bom futuro. O Brasil precisa recuperar, de forma consistente suas esperanças de reforma social e de desenvolvimento. Para tanto importa que as várias correntes portadoras de uma mensagem de progresso econômico e social se reagrupem na formação de uma garnde frente, propondo ao Brasil um confiavel projeto de acelerado desenvolvimento econômico-social. A sucessão do atual mandato presidencial nem pode ser o produto de conchavos que conduzam a reeleição de Lula, depois de tudo o que ocorreu e, sobretudo, do que deixou de ocorrer. Nem pode ser o resultado da mera maioria eleitoral de qualquer partido. A sucessão do atual mandato presidencial tem de ser um confiavel compromisso com uma economia social de mercado, com um grande projeto de Brasil e de sua integração regional, com o consistente início de um processo que conduza o país, no curso do primeiro terço deste século, a se tornar uma moderna, próspera, autônoma e equitativa democracia social.

II. Para um novo modelo de desenvolvimento

II. Para um novo modelo de desenvolvimento

– Uma aproximação histórico-sociológica –

1. *Equilíbrio Estático*

Prudência

Os crescentes indícios de que Lula seria o provável sucessor de Fernando Henrique Cardoso provocaram, também, crescentes apreensões nos mercados doméstico e internacional. Esse pessimismo atingiu o auge quando se confirmou sua eleição. A taxa cambial, que no primeiro quadrimestre de 2002 oscilava em torno de R$2,3/US$1, se aproximou de 4,0, o grama de ouro, cujo preço se situava em torno de R$22,7, naquele período, atingiu R$40,7 em janeiro de 2003.

Ante esses e outros indicadores de uma atitude que se aproximava do pânico o governo Lula, desde seus primeiros meses se caracterizou pela mais extrema prudência no domínio econômico-financeiro. Assumiu o compromisso de assegurar um superávit primário de 4,5% do PIB e deu-lhe efetiva execução. A austeridade dos gastos públicos foi levada às últimas conseqüências. Os efeitos positivos se fizeram correspondentemente sentir. A inflação, que ameaçava chegar à casa dos 40% em fins de 2003, se situou abaixo de 7%. O câmbio despencou para menos de R$3 por US$1. O ouro baixou para R$31,60 em abril. Esses indicadores levaram os mercados doméstico e internacional a um grande otimismo. O FMI e o secretário do Tesouro dos EUA não poupam elogios ao governo Lula e o apresentam como modelo para os países emergentes.

Equilíbrio estático

A equipe Palocci-Meireles está seguindo, estritamente, os rumos e a política da precedente equipe Malan-Fraga. Por inesperada, a ortodoxia financeira do governo Lula mobiliza ainda mais aplausos do mercado do

que os que saudaram seus predecessores. Isto não obstante, o país acusa, em fins de 2003, uma alarmante deterioração de seus indicadores econômicos e sociais. O desemprego ostensivo atingiu 13% da PEA, sendo ainda mais grave na grande São Paulo ou relativamente aos jovens de até 25 anos. O rendimento médio do pessoal ocupado, para o índice 100 em setembro de 2001, caiu para 85,6 em junho de 2003. A pobreza (renda de até US$2 por dia) afeta cerca de 35% dos brasileiros e a miséria (até US$1 por dia) cerca de 13%. O índice de vendas, para uma média 100 em 2000, caiu em junho de 2003 para 87,4. O PIB per capita, que atingiu, mesmo depois da desvalorização do real, em 1997, US$4.942,00 e em 1998 US$4.785,00, caiu para menos de US$2.500,00. O país parou de crescer no exercício de 2003 e nele acelerou seu retrocesso.

O que aconteceu? Por que os aplausos do mercado não corresponderam à realidade econômica e social? Vários economistas intentaram explicar esse fenômeno, desde Joseph Stiglitz, no exterior, a Celso Furtado, Paulo Nogueira Batista e J. P. de Almeida Magalhães, entre nós. A reposta, em última análise, consiste no fato de que o modelo econômico neoliberal, com sua doutrina do equilíbrio financeiro estático, é completamente inadequado para os países em desenvolvimento. Os mercados financeiros, inclusive o brasileiro, operam numa perspectiva de equilíbrio estático, que convém para os países desenvolvidos, tanto em função de seus interesses domésticos, como tendo em vista suas aplicações financeiras no exterior. Essa perspectiva, todavia, é paralisante para os países subdesenvolvidos, particularmente no caso de países emergentes que já se encontram, como o Brasil, em estágio de relativo, mas insuficiente, desenvolvimento.

É certo, no entanto, que a manutenção dessa política, no curso de 2004, produziu um crescimento econômico da ordem de 5%. Foi suficiente? E o que é mais grave: poderá ter continuidade?

O problema da miséria

O imperativo do desenvolvimento, para um país como o Brasil, apresenta, imediatamente, uma faceta social ostensiva. O país não poderá dispor de um nível minimamente satisfatório de integração social se mantiver as abissais diferenças que separam seus setores médio e alto dos setores pobres e

indigentes. Cercados por um imenso anel de pobreza e miséria, nas metrópoles brasileiras, os setores acomodados, como sucintamente se discute no capítulo IV deste livro, não têm mais livre trânsito em suas próprias cidades e não conseguem, de um sistema policial precário e atingido por elevada taxa de corrupção, um mínimo satisfatório de segurança. A criminalidade, instigada por fatores específicos, como notadamente o narcotráfico, independe, como tal, da miséria urbana, mas nesta encontra, todavia, as maiores facilidades para o recrutamento de seus agentes.

Milhões de adolescentes e jovens, vivendo na marginalidade metropolitana, destituídos de educação e de estímulos para adquiri-la, e assim privados de qualquer emprego que não puramente braçal – este mesmo, ademais, relativamente, cada vez mais escasso – constituem o exército de reserva do narcotráfico, do qual auferem rendimentos incomparavelmente superiores ao salário mínimo, em troca de uma vida de risco, que eles consideram preferível às alternativas (e falta de alternativas) de que dispõem. Somente esse quadro, a que se deve agregar o espectro da miséria rural, que tende a engrossar os contingentes da miséria urbana, torna evidente a absoluta, urgente e imperativa necessidade, por parte do Brasil, de voltar a taxas de crescimento econômico anual de mais de 6%, diversamente das atuais previsões. É certo que não basta crescimento econômico para resolver o problema social brasileiro. Sem tal crescimento, entretanto, nenhuma política social é exeqüível.

Prazo histórico

Sem dar maior elaboração à gravíssima situação social do Brasil, dela resulta, como precedentemente se indicou, o imperativo e a extrema urgência, para este país, de voltar a ter um significativo crescimento econômico. Ocorre, entretanto, que esse imperativo doméstico se defronta, externamente, com uma extraordinária dificuldade, resultante, ademais de outras restrições, da drástica e acelerada redução de seu espaço internacional de permissibilidade.

O processo de globalização, agravado pelo unilateralismo imperial do governo Bush, está reduzindo, velozmente, a margem de autonomia interna e externa de que ainda dispõem países emergentes como o Brasil. Trata-se, por um lado, do fato de que esse processo conduz a uma rápida e crescente desnacionalização do sistema produtivo do país, o que o leva a cair

sob o domínio de grandes multinacionais (47% das 500 maiores empresas brasileiras estão sob controle estrangeiro), cujos interesses não são determinados pelas conveniências do país hospedeiro, mas por uma lógica própria, ligada ao mercado internacional e, em ampla medida, aos interesses de seu país de procedência. Países que não lograrem se desenvolver rápida e satisfatoriamente serão, a relativamente curto prazo, convertidos em meros segmentos do mercado internacional. Esse fato, por outro lado, é sensivelmente agravado pelo unilateralismo do governo Bush, que tende a considerar como confrontacionais aos EUA posições de autonomia que sejam adotadas por terceiros países, tanto mais vulneráveis a pressões americanas quanto mais débeis forem.

Tende, assim, a se constituir, nesta primeira década do século XXI, um número crescente de países que conservam, formalmente, aspectos de sua soberania: bandeira, hino, exércitos de parada, inclusive, nas sociedades democráticas, eleições para seus governos. Os dirigentes desses países, entretanto, querendo ou não, são compelidos, por irresistíveis constrangimentos econômicos, financeiros, técnicos, políticos e quando necessário (conforme numerosos exemplos) por fulminante intervenção militar, a seguir a linha ditada pelas multinacionais e, por trás destas, por Washington.

Que pode o Brasil fazer para escapar a esse destino e de que prazo para tal dispõe? Simplificando uma questão extremamente complexa pode-se dizer, quanto ao primeiro aspecto, que aquilo que o Brasil pode fazer é se empenhar, pronta, consistente e vigorosamente, para alcançar um satisfatório patamar de desenvolvimento econômico-tecnológico e social, de sorte a dispor de auto-sustentabilidade e de condições endógenas de preservação de sua autonomia, incluídos os relacionamentos internacionais para tal apropriados. Trata-se, na prática e em última análise, de alcançar níveis sociais e econômico-tecnológicos próximos aos de países como Espanha e Itália (PIB per capita, respectivamente, da ordem de US$ 15.000 e US$ 20.000). Ou, em termos de índice de desenvolvimento humano, passar do atual nível brasileiro de 74,7 para os 89,9 da Espanha (o da Itália sendo de 90,3). Trata-se, igualmente, no plano internacional, ademais de outros requisitos, de manter estavelmente uma aliança estratégica, mutuamente vantajosa, com a Argentina e, com base nesta, consolidar Mercosul e a Comunidade Sul-Americana de Nações, com ela formando

um sistema de cooperação e livre comércio. Trata-se, correlatamente, por parte de Mercosul, de recusar sua adesão a ALCA, tal como proposta pelos EUA.

De que prazo o Brasil dispõe para atingir essas metas? Aí nos defrontamos com uma questão difícil. A história, vista em termos das oportunidades que apresenta, consiste numa sucessão de prazos. Há coisas que se pode fazer em determinado período e não mais, depois. Foi por perderem os prazos de que dispunham para se industrializar e modernizar que os países que hoje integram o Terceiro Mundo, incluindo grandes civilizações antigas, como a chinesa, a indiana, a islâmica, se encontram em situação subdesenvolvida.

Os prazos históricos não podem ser convenientemente estimados *ex ante* Isto não obstante, pode-se observar que a corrente redução do espaço de permissibilidade de países emergentes tende a se alargar na medida em que tais países enveredem, consistente e vigorosamente, no rumo de seu desenvolvimento. O exemplo mais notável a esse respeito é o da China atual. Desde Deng Xiaoping (1978) aquele imenso país, com seus 1.300 milhões de habitantes, está mantendo uma consistente taxa de crescimento econômico da ordem de 8% ao ano. Se persistir nesse caminho, o que é perfeitamente possível embora não inevitável, a China se tornará uma grande potência autônoma em meados deste século.

No caso do Brasil conviria observar, inicialmente, que o prazo de que necessita, para atingir as metas precedentemente mencionadas é, no mínimo, de vinte anos e isso desde que dê pronto início ao vigoroso esforço para tal requerido. A segunda observação a ser feita é no sentido de que se o Brasil se encaminhar adequadamente na direção para tal necessária, os êxitos que forem gradualmente atingidos tenderão a alargar, correspondentemente, o espaço de permissibilidade do país. Em tais condições, é razoável se dizer que o Brasil ainda dispõe da possibilidade de atingir um satisfatório e auto-sustentável patamar de desenvolvimento se, pronta e vigorosamente, se empenhar em alcançar as metas em questão no curso dos próximos vinte anos.

Requisitos domésticos

Para dar execução a esse grande projeto de desenvolvimento o Brasil necessita satisfazer alguns requisitos fundamentais. Alguns destes requisitos

são domésticos, e se situam nos planos econômico, político, social e cultural. Outros se referem ao relacionamento internacional do Brasil.

Os requisitos econômicos dizem respeito ao atendimento de satisfatórias taxas de crescimento, de poupança e de investimento, com seletiva e eficaz aplicação de recursos e com recuperação de satisfatória margem de autonomia interna. Há consenso, entre nossos economistas, no sentido que o crescimento da economia não pode ser de menos de 5% ao ano, para assegurar satisfatório nível de emprego. Mas isso não é suficiente para a grande arrancada.

Para atingir, no curso dos próximos vinte anos, as metas precedentemente referidas é necessário, entretanto, que o Brasil volte a ter taxas de crescimento não inferiores a 6% e desejavelmente da ordem de 7%, como ocorreu no período de seu acelerado desenvolvimento, dos anos 50 a princípios dos 70. É necessário que a taxa de poupança doméstica, ora da ordem de 18%, não seja inferior a 25% do PIB (asiáticos têm mais de 30%) e que o investimento dessa poupança seja seletivo e eficaz: infra-estrutura, indústrias-chave, alta tecnologia, inversões sociais orientadas para a erradicação da miséria e a redução das desigualdades. É necessário que se regule a economia não apenas em função das demandas do mercado mas, predominantemente, do interesse nacional, através de apropriada intervenção reguladora e promocional do Estado. A longo prazo, é necessário incrementar, significativamente, a participação do capital nacional no sistema produtivo do país, se a elevando gradualmente para um patamar da ordem de 70%.

No plano político, é indispensável proceder a uma ampla e profunda reorganização de suas duas dimensões: a político-partidária e a estatal. Presentemente, o Brasil é uma democracia clientelista, não uma democracia representativa, como dramaticamente o revelaram nos escâdalos do "mensalão". Os partidos, em ampla medida e com algumas exceções, são meras siglas eleitorais, destituídos de significação programática e até mesmo pública. As eleições, notadamente para o Poder Legislativo, nas três esferas da Federação são, com raras exceções, predominantemente clientelistas. O Estado, por seu lado, padece de baixíssimo nível de governabilidade. Sem uma ampla e profunda reforma política o Brasil não disporá de condições para executar, consistente e vigorosamente, no curso dos próximos vinte anos, um grande projeto de desenvolvimento.

No plano social, o Brasil que temos hoje é completamente inviável, mesmo a relativamente curto prazo. Tal como se encontra, em 2005, o sistema social brasileiro, se decisivas medidas não forem urgentemente adotadas, como se indica no capítulo IV deste livro, será submetido, aos mais graves processos diruptivos. Inúmeros indícios dessa tendência já são atualmente observáveis.

No plano cultural, a asfixia financeira decorrente do atual modelo econômico e a profunda crise estrutural que inviabiliza nosso sistema universitário, somadas às graves deficiências qualitativas da educação primária e quantitativas da secundária e da técnica, condenam o país a um crescente – e brevemente irrecuperável – desnível, relativamente ao patamar cultural médio dos países ocidentais.

2. *Equilíbrio Dinâmico*

Modelo alternativo

A condição necessária e prévia para que o Brasil volte a crescer e seja capaz de dar exitosa execução, no curso dos próximos vinte anos, ao grande projeto de desenvolvimento nacional precedentemente mencionado, é a urgente substituição do atual modelo de equilíbrio estático por um modelo alternativo, de equilíbrio dinâmico.

Ultrapassa o escopo das presentes considerações, empreendidas a partir de uma perspectiva histórico-sociológica, a elaboração técnica de um modelo alternativo ao atual, novo modelo esse que denominaria de *modelo de equilíbrio dinâmico*. É, entretanto, necessário e possível delinear as principais características desse modelo. Visto no seu conjunto, o modelo se caracteriza por preservar os requisitos do *modelo de equilíbrio estático em tudo o que se refira às despesas de* custeio do setor público. O custeio do setor público (inclusive Previdência Social) não pode ultrapassar a receita pública, impondo-se, ademais, um superávit primário da ordem de 3% para ocorrer a despesas extras, financeiras e outras.

O que distingue, radicalmente, o modelo de equilíbrio dinâmico do de equilíbrio estático, diz respeito ao investimento. O equilíbrio

estático se realiza no nível de desenvolvimento em que o país se encontre, num momento dado e, por essa razão, condena os países subdesenvolvidos à estagnação e à deterioração. O equilíbrio dinâmico se exprime por metas de equilíbrio futuro, a serem alcançadas em prazos e condições rigorosamente planejados. Entre o momento de início de execução do modelo e seu momento de chegada, procede-se, sob rigoroso controle, *a um desequilíbrio criativo*. Trata-se, na prática, de sacar por antecipação uma determinada quota da riqueza futura, em condições que razoavelmente assegurem a possibilidade de que a prevista meta de riqueza seja adequadamente atingida. Com isto se transfere para o futuro o equivalente a um empréstimo para o desenvolvimento, que será ressarcido na medida mesma em que a programada meta de desenvolvimento venha a ser alcançada.

São diversas as medidas requeridas para esse efeito. Todas confluem para assegurar uma taxa anual de crescimento econômico não inferior a 6% e desejavelmente da ordem de 7%, uma poupança doméstica não inferior a 25% do PIB, uma crescente margem de autonomia, uma rigorosa e seletiva política de investimentos econômicos e sociais. Entre essas medidas deve até constar, quando se revele absolutamente necessário, uma moderada taxa de inflação, controladamente mantida num patamar da ordem de 20% e exclusivamente orientada para a execução de projetos prioritários. Recorde-se, a esse respeito, que o extraordinário governo de Juscelino Kubitschek, que transformou, em cinco anos, uma sociedade agrária numa sociedade industrial, se iniciou sem nenhuma prévia disponibilidade financeira e teve, assim, de se autofinanciar no curso do próprio qüinqüênio, pagando o preço de uma inflação média da ordem de 20%. Valeu a pena?

Importa reexaminar o exemplo de Kubitschek. Antes, no entanto, é necessário introduzir um outro elemento no desenho do modelo de equilíbrio dinâmico. Trata-se da adoção de medidas assecuratórias, durante o processo, da estabilidade de preço dos artigos de consumo essencial. Para esse efeito será necessário a adoção de medidas prévias, que assegurem, quanto possível por produção doméstica e, complementarmente por importação, um incremento físico da oferta desses bens em proporções neutralizadoras do impacto da "inflação desenvolvimentista".

O EXEMPLO KUBITSCHEK

Dada a importância do exemplo do governo Kubitschek para a justificação do modelo de equilíbrio dinâmico, é necessário mencionar, ainda que brevemente, alguns de seus mais salientes aspectos.

Observe-se, preliminarmente, que o governo Kubitschek se iniciou, em 1956, em condições políticas extremamente conturbadas. Vargas fora vítima de um golpe militar apenas dois anos antes. Mais recentemente, em 11 de novembro de 1955, Carlos Luz tentou um golpe de Estado, visando impedir sua sucessão democrática, golpe esse oportunamente neutralizado pelo marechal Lott. Tal situação impunha a Kubitschek a maior prudência política, situação oposta a que será encontrada pelo presidente Lula, que recebeu, de parte do presidente Fernando Henrique Cardoso, todas as facilidades para o processo de transição.

Em termos econômicos, Kubitschek se deparava com um país privado de reservas, tanto em moeda nacional como em divisas e confrontado com perigosa tendência inflacionária.

Foi nessas circunstâncias que Kubitschek deliberou, por um lado, seguir uma política de séria austeridade fiscal mas, por outro lado, empreender, audaciosamente, um grande projeto de desenvolvimento: o Programa de Metas. Esse programa apresentava o seguinte quadro básico.

INVESTIMENTOS REQUERIDOS PELO PROGRAMA
(1967-1961)

SETOR	Estimativa do Custo de Produtos Domésticos e Serviços	Produtos e Serviços Importados		Total Despendido em CR$	Percentagem Total
	CR$ Bilhões	CR$ Bilhões	CR$ Bilhões	CR$ Bilhões	%
Energia	110,0	862,2	44,3	154.3	43,4
Transporte	75,3	582,6	30,0	105,3	29,6
Alimentação	4,8	130,9	6,7	11,5	3,2
Indústrias básicas	34,6	742,8	38,1	72,7	20,4
Educação	12,0	—	—	12,0	3,4
TOTAL	236,7	2.318,5	119,1	355,8	100,0

Fonte, BNDE, VI Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico.

Obs.: A relação CR$/US$ no período variou de CR$53/US$1 em agosto de 1957, CR$80/US$1 em outubro de 1958 e CR$100/US$1 a partir de janeiro de 1959.

Para financiar esse Programa Kubitschek mobilizou um sistema de parceria entre o governo federal e os governos estaduais, as agências federais e o setor privado. O quadro abaixo sintetiza esse esquema.

Para financiar o Programa foram previstos os seguintes recursos:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RECURSOS

FONTE	%
Orçamento federal	39,7
Orçamentos estaduais	10,4
Agências Federais (BNDE, Banco do Brasil)	14,5
Empresas privadas ou de economia mista	35,4
TOTAL	100,00

METAS, PREVISÃO E RESULTADOS
(1957-1961)

METAS	PREVISÃO	RESULTADO	%
Energia elétrica (1.000kw)	2.000	1.650	82
Carvão (1.000t)	1.000	230	23
Petróleo – produção (1.000bd)	96	75	76
Petróleo – refino (1.000b/d)	200	52	26
Ferrovias (1.000km)	3	1	32
Rodovias – construção (1.000km)	13	17	138
Rodovias – pavimentação (1.000km)	5	—	—
Aço (1.000t)	1.100	650	60
Cimento (1.000t)	1.400	870	62
Carros e caminhões (1.000 unid.)	170	133	78
Nacionalização – carros %	90	77	83
Nacionalização – caminhões %	95	74	78

Fonte: Banco do Brasil, Relatório, 1961

Comentários finais

O governo Kubitschek, ademais da espetacular construção de Brasília – independentemente de considerações sobre a conveniência ou não do projeto – e da feliz iniciativa de criar a SUDENE, logrou, com o Programa de Metas, converter um país predominantemente agrário num país predominantemente industrial. Na verdade, considerada a história do Brasil na sua seqüência, da Colônia a nossos dias, os dois momentos mais relevantes desse processo foram, primeiro, a vinda de D. João VI e a conversão da antiga colônia no país central do império lusitano, dotado de um Estado moderno, nas condições da época. Com D. João VI se dá a independência *de facto* do Brasil, que seria, *de jure*, mais tarde proclamada por seu filho, Pedro I. O segundo momento mais relevante de nossa história foi o governo Kubitschek, introduzindo no Brasil o essencial do século XX, que era o de se o constituir em um país industrializado.

Esse excepcional governo se realizou em condições integralmente democráticas, com absoluta liberdade pública, irrestrito espaço para críticas e divergências políticas e generosa tolerância com seus adversários. Realizou-se, igualmente, com satisfatório controle da inflação. A taxa inflacionária, em 1956, era de 12,5%. No final do governo Kubitschek foi de 30,5%. Em compensação, o país teve um crescimento médio, no período, de 8,1% ao ano. O produto interno bruto, em preços constantes de 1949, no valor de 215,2 bilhões de cruzeiros, em 1949, era de 297,8 bilhões em 1955 e passou a ser de 455 bilhões em 1961. Resistindo às pressões do FMI e dos setores mais conservadores de seu governo, JK manteve a deliberação de cumprir, até o final de seu mandato, o Programa de Metas e assim, contra uma inflação relativamente moderada, como precedentemente se indicou, logrou elevar o PIB brasileiro em cerca de 143%, sendo que o crescimento do produto industrial atingiu, nos anos de 1958 a 1961, taxas anuais de, sucessivamente, 16,8%, 12,9%, 10,6% e 11,1%.

3. *Presentes Condições*

Implicações para hoje

O governo Kubitschek é uma ilustração empírica da medida em que, bem aplicado, o modelo de equilíbrio dinâmico pode ser extremamente

exitoso. O de que atualmente se trata é de por em prática esse mesmo modelo, levando-se em conta as novas condições do Brasil e do mundo.

Um cuidadoso estudo da questão crucial, que é a de como financiar um novo programa de metas, permitirá constatar a possibilidade de geração de recursos novos a partir do deslanchamento do novo modelo. Recursos orçamentários, como os previstos no Plano Plurianual (R$1.367 bilhões para o 2004 – 2007), somados aos decorrentes de significativa redução da taxa de juros, aos de menor esforço do superávit, limitados 3% e aos provenientes das agências oficiais de crédito e aos de outras fontes já existentes, deverão permitir se dar início ao grande projeto. Essas novas condições por sua vez, ademais de diretamente dinamizarem a economia, suscitarão grande apelo de investimentos do setor privado. Esse conjunto de medidas, se devidamente acompanhado por políticas que incrementem, significativamente, a oferta de bens e serviços essenciais, conduzirá a um controle de inflação muito mais eficiente que a alucinada elevação da taxa de juros, sem os catastróficos efeitos destes.

É certo que a profunda crise que afetou o governo Lula, ademais de sua própria opção por uma política econômica neoliberal, não permitem, no restante do seu mandato, se dá início a um novo esforço de desenvolvimento. É imprescindível, assim, que a futura campanha sucessória se trave em termos desenvolvimentistas.

Relacionamento internacional

Como precedentemente mencionado, os requisitos fundamentais para que se possa exitosamente realizar, no curso dos próximos vinte anos, um grande projeto de desenvolvimento nacional contém, além de requisitos domésticos, requisitos de relacionamento internacional. Para alargar seu espaço de permissibilidade internacional, que fatores externos tendem, acelerada e drasticamente, a reduzir, não basta que o país siga, domesticamente, o rumo apropriado. É indispensável que se assegure um contexto internacional mais favorável, capaz de conter as pressões negativas de procedência anteriormente já indicada.

Esse apropriado relacionamento internacional tem, para o Brasil, como seu principal componente, o estabelecimento de uma sólida, estável e mutuamente vantajosa aliança estratégica com a Argentina. Essa aliança,

ademais de necessária para ambos os países, é altamente viável. Note-se, apenas, que a não realização dessa aliança comprometeria, seriamente, um projeto brasileiro de desenvolvimento autônomo. Essa hipótese, cuja possibilidade de ocorrência, sem dúvida, não é igual a zero, exige um sério estudo específico, que ultrapassa os propósitos destes comentários. Será possível o tempestivo desenvolvimento do Brasil sem a aliança com a Argentina? É algo de problemático, que importa analisar com toda a objetividade, em estudo próprio. O que se pode, de saída, reconhecer, é que para a Argentina não há alternativa de desenvolvimento, como desenvolvimento nacional, que não se baseie numa séria e estável aliança com o Brasil.

A aliança argentino-brasileira deverá consistir, essencialmente, num projeto conjunto de desenvolvimento, fundado no reconhecimento de que o desenvolvimento de cada um dos parceiros requer o do outro e não é viável sem essa reciprocidade. Uma discussão, ainda que sumária, das características de que deva se revestir esse projeto de desenvolvimento conjunto requer estudo próprio. Para os fins destas breves considerações basta assinalar cinco aspectos fundamentais desse projeto. O primeiro se refere a uma adequada compatibilização macroeconômica entre ambos os países, orientada para a oportuna adoção de uma moeda comum, preferivelmente no âmbito do Mercosul. O segundo, correlato, diz respeito a uma íntima articulação do processo produtivo de ambos os países, de sorte a maximizar sua eficiência de conjunto e resultante competitividade. O terceiro diz respeito à necessidade de se diferenciar, no processo de integração, a dimensão macro, necessariamente harmonizadora, da micro, onde haverá natural crescimento da competição.

Os diferendos disso resultantes deverão ser dirimidos de conformidade com as normas da macro-harmonia. O quarto tem mais ampla dimensão internacional. Trata-se da consolidação do Mercosul, e da Comunidade Sul-Americana de Nações bem como da recusa, por parte do Mercosul, de adesão a ALCA, na forma proposta pelos EUA. Isso não obsta a que a ela possam aderir os países andinos que o queiram, desde que proporcionem ao Mercosul, em relação a seus mercados, as mesmas condições que ofereçam aos EUA. O quinto e último importante aspecto dessa política consiste no reconhecimento de que as contribuições dos partícipes deverão levar em conta suas respectivas margens de assimetria.

Isto significa o imperativo, para o Brasil, de contribuir com uma quota mais alta, em tudo o que se refira a seus desníveis assimétricos com os demais. Argentina, por seu lado, terá de adotar procedimento equivalente, em relação ao Paraguai e Uruguai e Mercosul em relação aos Andinos. Foi a aceitação desse princípio, pela Alemanha e, em menor proporção, pela França, que viabilizou a União Européia.

Importaria referir, no que tange ao relacionamento internacional do Brasil, no âmbito do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações várias outras exigências. Mencionem-se: (1) um grande acordo Mercosul-UE, visando à preservação do multilateralismo internacional e à condenação de todos os hegemonismos; (2) um acordo com os países subdesenvolvidos semicontinentais, como China, Índia, Rússia e também África do Sul, – algo que está em pleno andamento – para a proteção internacional dos interesses comuns que resultem de sua específica condição; (3) um novo entendimento com os EUA, que maximize as possibilidades de cooperação, dentro de requisitos de estrita preservação da autonomia do Brasil e do Mercosul; (4) um esforço conjugado dos países subdesenvolvidos, a partir do recém-constituído G-20, no sentido de se proceder a uma revisão das normas da OMC, visando a compatibilizá-las com as necessidades de desenvolvimento dos países emergentes.

Estratégia de mudança

Na ocasião em que são redigidos estes comentários, em meados de 2005, é preocupante a extrema debilitação sofrida pelo governo Lula. É igualmente preocupante, ademais da persistente manutenção de elevadíssimas taxas de juros, o fato de que as reiteradas declarações oficiais no sentido de que se logrou retomar o caminho do crescimento econômico – favorecido por excelentes superávits comerciais – e, com apoio neste, grandes projetos de desenvolvimento econômico-tecnológico e social, não se baseiem na formulação, tecnicamente correta e politicamente viável, de um modelo alternativo de equilíbrio dinâmico, nem apresentem nenhuma indicação da estratégia de mudança a ser adotada. Não obstante a contribuição positiva dos projetos de reforma previdenciária e tributária, tais medidas estão longe de instituir um modelo de equilíbrio dinâmico e, assim, são absolutamente insuficientes para um grande desenvolvimento. Por outro lado, os modestos objetivos adotados pelo governo, prevendo

um crescimento médio da ordem de 5% para até 2006, ficam claramente aquém do mínimo necessário. Como resulta da precedente análise da gravíssima crise social brasileira e do historicamente curto prazo de que ainda podemos dispor, para um grande projeto de desenvolvimento, progredir insuficientemente é o mesmo que ficar parado. Há uma incontornável velocidade mínima de escape para que o Brasil se inscreva na rota histórica correta. É possível – embora se torne mais difícil – que o Brasil venha a recuperar, no próximo quadriênio, o tempo que perdeu no corrente. Cabe reconhecer, todavia, que se não recuperarmos o tempo perdido, corremos o risco de perder o trem (ou a espaço-nave) da história, condenando o Brasil a resvalar para a irrelevância internacional e, com ele, o conjunto da América do Sul. Acabaremos todos aderindo à forma americana da ALCA, como modo de pelo menos imprimir certa disciplina normativa à nossa futura satelitização.

Em oposição a essa perspectiva funesta importa mobilizar o país para a grande gesta do desenvolvimento. Essa mobilização requer, como já mencionado, a pronta elaboração, tecnicamente correta e politicamente exeqüível, do modelo alternativo de equilíbrio dinâmico. Para esse efeito, por outro lado, é indispensável se desenhar, urgentemente, uma apropriada estratégia de mudança. O que está em jogo é criar as condições que permitam dar início de implementação ao novo modelo a partir de 2007, de sorte a que ele esteja em pleno funcionamento no final da década.

Uma formulação, ainda que sumária, dessa estratégia de mudança requereria um tratamento mais extenso do que o permitido pelas dimensões destes breves comentários. Mais uma vez, entretanto, é possível e necessário indicar as grandes linhas dessa estratégia. O primeiro requisito da mesma é promover uma ampla campanha de esclarecimento público da absoluta e urgente necessidade de se passar do atual modelo de equilíbrio estático para um modelo de equilíbrio dinâmico. O segundo requisito desse empreendimento, como já foi mencionado, é a elaboração tecnicamente correta e politicamente exeqüível do novo modelo. O terceiro requisito é a própria formulação dessa estratégia. Trata-se de algo que comporta sucessivas etapas. Para simplificar, considerar-se-ão três principais fases: a de curto, a de médio e a de mais longo prazos.

A relativamente curto prazo o que está em jogo é liberar o mais prontamente possível um grande volume de recursos federais aplicáveis

em projetos prioritários. Essa liberação deverá começar por onde ela é imediatamente viável: uma drástica redução da taxa de juros. Se os juros forem reduzidos a 11% ao ano (previsão de infração de PPA para 2007 de 4%), serão liberados algo como R$ 30 bilhões por ano que já se acham em poder da União e poderão ser deslocados para projetos prioritários. Mencione-se, à margem, que nesse modelo se considera que uma apropriada mas significativa redução da taxa de juros não acarretará um perigoso surto inflacionário, em virtude da decorrente elevação da oferta de bens e serviços. Reduções mais significativas do déficit da Previdência, que consome 4% do PIB, poderão, dentro do limite do exeqüível, gerar um conjunto de R$ 50 bilhões, com discreto efeito deflacionário. Essas medidas, ademais do impacto direto dos projetos prioritários que possibilitem, terão um poderoso efeito dinamizador sobre a atividade privada.

A médio prazo, será possível avaliar os efeitos dessas medidas sobre a taxa de crescimento da economia e da poupança doméstica. Na medida em que seja inferior 6% a taxa de crescimento da economia e de 25% do PIB a de poupança, novas medidas terão de ser adotadas. Entre estas, depois de apropriada campanha de esclarecimento público, deve figurar a adoção de um regime de poupança compulsória, calculado de sorte a que a poupança doméstica alcance a referida taxa de 25% do PIB.

O que está em jogo é bastante simples. Os setores superiores da sociedade brasileira, que detêm mais de 50% da renda, *levam um padrão de vida superior ao de seus equivalentes europeus*, muito embora o PIB per capita brasileiro seja algo como seis vezes inferior ao europeu. É evidente, portanto, que existe, em grande escala, o que se poderia denominar de "excesso social" de consumo, por parte desses setores. Assim, se os mesmos não forem espontaneamente induzidos a um significativo incremento de sua poupança, esta lhes deve ser compulsoriamente determinada pela lei. Não se tratará de um novo imposto, nem de uma expropriação de bens. Trata-se, simplesmente, de proceder de sorte a que esses setores sejam compelidos a subscrever títulos de poupança, cujo produto será aplicado em investimentos prioritários, de cujos futuros rendimentos se beneficiarão os respectivos titulares. Trata-se de tornar esses setores acionistas de Brasil S.A. Ocorre, apenas, que os decorrentes rendimentos não se produzirão senão dentro de algo como de três a cinco anos, motivo pelo qual o setor privado não faz espontaneamente essas inversões. Sem elas, todavia, o Brasil desaparece

como nação autônoma e como projeto histórico próprio, deixando de ser um interlocutor válido no curso deste incipiente século XXI. Trata-se, simplesmente, de uma questão de sobrevivência histórica. Aí se aplica, mais do que nunca, a prescrição romana: *salus rei publica suprema lex est*.

A mais longo prazo, a estratégia de implementação do modelo de equilíbrio dinâmico e de apropriada gestão do grande projeto de desenvolvimento nacional terá de ser ajustada em função dos resultados obtidos a médio prazo. Uma das exigências dessa terceira fase será a de que previamente se proceda uma ampla e profunda reforma do sistema político brasileiro, de sorte a se elevar, significativamente, o grau de representatividade de nossa democracia e o nível de governabilidade do Estado.

Uma bem conduzida divulgação pública dos problemas com que imediatamente se defronta o Brasil e de como, para solucioná-los, se impõe a adoção alternativa do modelo de equilíbrio dinâmico e da estratégia necessária para promover a mudança, mobilizará o apoio da grande maioria dos brasileiros. As minorias que venham a se opor serão conduzidas, a médio prazo, pelos bons resultados a serem alcançados, a lhes dar apoio. Os brasileiros sentirão profundo orgulho com o êxito desse grande projeto de desenvolvimento.

III. Defesa Nacional

III. Defesa Nacional

– Desafios e possíveis respostas do Brasil –

1. *Introdução*

Os problemas de defesa nacional de um país apresentam sempre duas facetas, a interna e a externa.[7] Esta última contém o repertório, no cenário internacional, de riscos e desafios com os quais se defronta o país. A primeira, diz respeito, por um lado, aos recursos de que o país disponha ou de que possa vir a dispor para enfrentar tais desafios. Por outro lado, refere-se a questões relacionadas com a estrutura social do país e seus graus de integração nacional e social. No caso do Brasil observaremos que, apesar de descomunais desigualdades sociais – com um decorrentemente baixo grau de integração social – é extremamente elevado o grau de integração nacional.

Para uma breve abordagem da questão em discussão importa identificar, inicialmente, os riscos e desafios com que se defronta nossa defesa nacional. Por outro lado, é necessário analisar, ainda que sucintamente, as condições de que dependa a possibilidade de esses riscos serem satisfatoriamente confrontados. No caso do Brasil, os riscos externos a que está exposto são de três distintas ordens: (1) militares; (2) econômico-tecnológicos e (3) de desencadeamento ou exacerbação, por poderosa interferência externa, de processos ou movimentos domésticos desestabilizadores.

Conforme exposto em meu precedente estudo, os riscos militares podem ser enumerados da seguinte forma: (1) agressão militar pela superpotência ou por grandes potências; (2) idem, por países vizinhos; (3) por desdobramento de conflitos militares nas fronteiras; (4) por ação de narcotraficantes e (5) por decorrência de rebeliões internas.

---

[7] Reporto-me, neste breve estudo, ao terceiro capítulo de meu livro "Brasil: Alternativas e Saída" (S. Paulo, Paz e Terra, 2002) no qual abordo a problemática da defesa nacional. O presente estudo, por outro lado, foi publicado, de pgs. 61 a 83, no livro "Reflexões sobre Defesa e Segurança: uma Estratégia para o Brasil", Brasília, Ministério da Defesa, 2004.

Os riscos econômico-tecnológicos se relacionam com o elevado grau de dependência em que o país se encontra, quer relativamente a recursos financeiros externos, quer relativamente a procedimentos tecnológicos. Os riscos relacionados com poderosas intervenções externas, que possam desencadear ou exacerbar, domesticamente, processos ou movimentos desestabilizadores, dizem respeito à possibilidade de formação, em termos operacionais, de fortes conivências entre interesses externos, de direita ou de esquerda, e seus congêneres nacionais, que produzam, no país, importantes efeitos contrários ao regime institucional vigente ou aos interesses nacionais. Uma sucinta discussão desses riscos requer uma clara elucidação das condições, tanto de ordem geral como de ordem específica, de que dependa a possibilidade de se os confrontar.

Dadas as atuais condições do país é necessário, a título preliminar, constatar-se que o mesmo não dispõe, presentemente, de satisfatórias possibilidades para exitosamente enfrentar sérios desafios militares, econômico-tecnológicos, ou mesmo de poderosos movimentos desestabilizadores. Reveste-se de suprema gravidade essa constatação. Decorre a mesma, em última análise, de dois principais fatores. Em primeiro lugar, do fato de que os meios de que o Brasil presentemente dispõe para assegurar sua defesa nacional, em contraposição a desafios muito sérios, relativamente às três ordens de riscos precedentemente enunciados, são excessivamente modestos, tanto militarmente, como no plano econômico-tecnológico, ou no que se refira à contenção de poderosas intervenções desestabilizadoras. O que torna essa situação particularmente grave é o fato de que, presentemente, o completo engessamento dos recursos financeiros da União não lhe proporciona nenhuma folga para mobilizar montantes mais significativos, com os quais se pudesse, emergencialmente, complementar nossos meios de defesa. Em segundo lugar, a atual impotência brasileira, em matéria de defesa nacional, decorre da falta de apropriada consciência, no conjunto do povo brasileiro e nos principais segmentos sociais e territoriais pelos quais este se reparte, da absoluta relevância de que se reveste a preservação da autonomia nacional.

Qualquer discussão séria da questão de defesa nacional deve, assim, partir da constatação do presente estado de acentuada impotência em que se encontra o país. Nossas Forças Armadas não estão preparadas para enfrentar uma séria agressão militar. A questão de se saber em que medida o

Brasil esteja exposto a esse risco, embora relevante, não exclui a debilidade de nosso sistema militar e a necessidade de se a constatar.

Nosso sistema econômico e os recursos tecnológicos sob nosso controle são insuficientes para nos assegurar um satisfatório nível de autonomia, relativamente ao sistema financeiro internacional e ao conjunto de condições e medidas, tanto *de jure* (patentes) como *de facto* (efetivo controle), que regulam o uso de tecnologias de que necessitamos.

Nosso grau extremamente baixo de integração social – não obstante os salutares efeitos corretivos de nosso elevado nível de integração nacional – nos torna susceptíveis de sofrer, sem apropriadas condições de reação, efeitos desestabilizadores que podem assumir proporções muito perigosas. Esses efeitos podem provir de colisões entre poderosos interesses econômicos forâneos e domésticos, que nos compilam a aceitar orientações ou acordos nocivos aos interesses nacionais, como em matéria de câmbio, de patentes, de perversas regulamentações internacionais (como diversas da OMC), ou de acordos, como os de Alcântara ou ALCA. Ou, em direção oposta, no que se refere à possibilidade de conluios contrários ao interesse nacional entre movimentos sociais reivindicatórios e congêneres de outros *países (p.e. FARC).*

Resulta, assim, do quadro precedentemente esboçado, que nossa defesa nacional atualmente é precária, o destino do país dependendo muito mais da não ocorrência de sérios desafios internacionais do que de sua capacidade de a eles exitosamente se contrapor.

Essa constatação de significativa impotência conduz à necessidade de se reconhecer que nenhuma política séria de defesa nacional é exeqüível, no Brasil, se não se der prévio atendimento a dois requisitos habilitatórios. O primeiro diz respeito à adoção de um novo modelo macroeconômico e de uma estratégia adequada, em condições satisfatórias, à substituição do atual modelo de equilíbrio estático por um modelo de equilíbrio dinâmico, de caráter neodesenvolvimentista, com profundo compromisso social e ecológico. O segundo requisito, que constitui, ademais, condição de sustentação pública do primeiro, consiste em se promover um amplo movimento de conscientização do povo brasileiro do imperativo de preservar e significativamente ampliar as já estreitas margens de autonomia

interna e externa de que dispõe o Brasil e da necessidade de se integrar nossa defesa nacional com a dos países do Mercosul.

Escaparia aos limites deste breve estudo qualquer intento de discutir, ainda que brevemente, as questões macroeconômicas precedentemente referidas. A matéria se acha sucintamente abordada nos capítulos I e II deste livro, ademais de meu já referido livro, *Brasil: Alternativas e Saída.*

Tampouco seria aqui possível tratar da questão da autonomia. Basta, a esse respeito, fazer duas breves considerações. A primeira se refere ao fato de que é totalmente improcedente a tese segundo a qual o processo de globalização conduz, irresistível e irreversivelmente, à prática eliminação do Estado Nacional e sua substituição pelo mercado, nada mais havendo a fazer do que aceitar as regras e os procedimentos por este ditados.[8] A segunda, corroboradora da precedente, consiste em mostrar como diversos países, grandes alguns, como China e Índia, menores outros, como Malásia e outros, ainda, de alto nível econômico e civilizatório, como os países social-democratas da Europa, sustentam exitosamente políticas maximizadoras de seus interesses nacionais e sociais.

Um país como o Brasil dispõe de massa crítica, em termos de sua economia, de seu nível científico-tecnológico, de sua população e da amplitude e variedade de seus recursos naturais, para preservar e significativamente ampliar sua margem de autonomia interna e externa, para tal bastando, simplesmente, efetiva vontade nacional. Essas condições positivas se tornarão exponencialmente maiores na medida em que a defesa nacional brasileira seja adequadamente articulada com a dos demais países do Mercosul.

Importa, não obstante, enfatizar a absoluta e urgente necessidade de se proceder à adoção de um apropriado modelo alternativo, que libere, com a possível celeridade, importantes recursos da União, ora esterilizados no pagamento de juros ou nos déficits da previdência, e que promova um forte incremento da poupança nacional e de nossa capacidade de investimento.

---

[8] Cf. a respeito a excelente análise de Aldo Ferrer em "Hechos y Ficciones de la Globalización", Buenos Aires, Academia Nacional de Ciências Económicas, 1997.

Tive a oportunidade de referir brevemente, em entrevista publicada na "Folha de S. Paulo" de 03/08/2003, os principais aspectos dessa questão. Remetendo os interessados a essa entrevista, limitar-me-ei aqui a reiterar que uma significativa redução da elevadíssima atual taxa de juros, combinadamente com menor meta de superávit primário (reduzido a 3% do PIB) e com significativa redução do déficit do sistema previdenciário, parcialmente intentado, que absorve 4% do PIB, redundaria na liberação para projetos prioritários, inclusive para defesa nacional, de recursos anuais da ordem de R$ 50 bilhões. Além de outras, somente com a adoção de medidas dessa ordem, apoiadas por ampla conscientização popular do imperativo da autonomia nacional, será possível se executar um sério programa de defesa nacional

2. *Aspecto Militar*

É praticamente impossível, em termos puramente militares, para países como o Brasil, uma efetiva solução da equação risco-defesa. Isto porque, no plano mais geral da questão, como ocorre com quase todos os países, a incontrastável supremacia militar-tecnológica dos EUA, comparativamente a qualquer outro país, proporciona à superpotência a capacidade de infligir militarmente intoleráveis penalidades a terceiros países, preservando, concomitantemente, sua invulnerabilidade militar. A tecnologia de ataques aéreos a grande altura e o emprego de mísseis de alta precisão e de longo percurso podem causar os mais devastadores efeitos, sem praticamente nenhuma casualidade, por parte da superpotência. Como já observei, em outro contexto, é mais perigoso, para um americano, ser membro da polícia de Nova York do que de suas Forças Armadas.

Nesse contexto, a problemática de defesa nacional, para um país como o Brasil apresenta, em termos militares, um quadro muito restrito. O Brasil dispõe de condições para uma eficaz deterência e, em caso de necessidade, de uma exitosa reação, à possibilidade de agressão militar partindo de um país vizinho. Ocorre, apenas, que no presente quadro de relações internacionais, no âmbito sul-americano, ou mesmo latino-americano, riscos militares dessa ordem são praticamente inexistentes. E serão praticamente eliminados na medida em que se constitua uma indispensável articulação entre as Forças Armadas dos países do Mercosul.

Algo diferente, no entanto, se apresenta no tocante à possibilidade de forças irregulares (p.e. as FARCs colombianas), interferirem no território nacional. Também se reveste de certa relevância a possibilidade de perigosas incursões, em território brasileiro, de contingentes a serviço de narcotraficantes.

Sem emprestar maior elaboração a essa questão, pode-se chegar a algumas principais conclusões, em matéria de risco militar. Entre estas ressalta a necessidade de se constatar que tais riscos se distribuem, predominantemente, entre duas modalidades: (1) riscos tipicamente militares, que tenderão a ser, predominantemente, de natureza aeronaval e (2) riscos com outras características, que tendem a se situar na bacia amazônica e, em menor medida, nas áreas menos habitadas do Centro-Oeste.

O Brasil, a partir de um modelo econômico alternativo, dispõe de condições para se assegurar, relativamente à atual, uma proteção significativamente maior em matéria de defesa aeronaval. Trata-se, no fundamental, de concentrar a defesa naval em submersíveis, dando-se a mais alta prioridade à ultimação da construção de submarinos nucleares. Concomitantemente, importa instalar um sistema móvel de mísseis de defesa costeira e equipar a Aeronáutica de melhores condições de proteção de nosso espaço aéreo. Complementarmente, trata-se de se instituir um sistema Mercosul de defesa conjunta. O Brasil não pode, entretanto, quer atualmente, quer em futuro previsível, se assegurar, *erga omnes*, apropriada margem de defesa. Mas pode atingir um satisfatório nível de defesa para o que se poderia denominar de "riscos militares confrontáveis". Pode, ademais, dispor de condições que imponham um custo não desprezível a agressões militarmente superiores.

No tocante aos riscos do segundo grupo, precedentemente mencionado, o Brasil já dispõe, no fundamental, de um programa de proteção da Amazônia e do Centro-Oeste. O que importa é dar-lhe satisfatória implementação e ampliação, o que requer significativo incremento, tanto de recursos orçamentários, como dos militares.

Vista no seu conjunto, a questão da defesa nacional, sob seu aspecto militar, requer, no fundamental, quatro ordens de medida. Em primeiro lugar, como precedentemente foi salientado, é necessário desengessar as

finanças da União, permitindo que importantes montantes, ora esterilizados no pagamento de juros, na acumulação do excessivo superávit primário e nos déficits da previdência, sejam reorientados para projetos prioritários, entre os quais os relativos à defesa nacional.

Importa, em segundo lugar, uma ampla revisão de nosso sistema militar, particularmente no que se refere ao Exército, adotando-se um regime que, mantendo e ampliando, para fins de educação cívica e outros congêneres, o serviço militar obrigatório, conduza à formação de Forças Armadas profissionais, dotadas de alta capacitação técnica, a exemplo dos países mais adiantados do mundo.

Importa, principalmente, em nível da mais alta prioridade, a consistente adoção de uma política doméstica e externa orientada para otimizar a margem de autonomia do país e para maximizar seus apoios internacionais. Importa, finalmente, ajustar com os demais países do Mercosul um apropriado sistema de defesa conjunta da região.

Desde que satisfatoriamente resolvida a premissa orçamentária, é altamente relevante, em matéria de defesa nacional, a ênfase sobre o tema da autonomia. Nossa defesa nacional será sempre proporcional a nossa margem de autonomia, doméstica e externa. Registre-se, entre os principais requisitos da autonomia, a absoluta e urgente necessidade do país recuperar e significativamente ampliar sua indústria de equipamentos e material militar. Empresas como a Embraer – embora esta não seja especificamente militar – figuram entre as mais relevantes do Brasil e necessitam de total apoio público, a ser prestado, não obstante, com as cautelas requeridas para evitar a aplicação, a pedido de seus concorrentes, das medidas restritivas previstas pela OMC. O mesmo cabe dizer com relação a tanques e veículos militares, com relação a foguetes e mísseis, ou no que diz respeito à eletrônica militar. Essas facilidades, por outro lado, devem ser concebidas, tão cedo quanto possível, em termos de defesa regional, no âmbito do Mercosul.

No que tange aos aspectos internacionais da questão, duas ordens de considerações requerem particular atenção. A primeira se refere à difícil e complexa questão que é a do relacionamento do Brasil com os Estados Unidos. A segunda concerne o sistema de apoios internacionais que o Brasil deve obter, tendo como núcleo a consolidação do Mercosul.

No que se refere a nossas relações com os EUA é fundamental que o Brasil adote e imprima credibilidade a uma política que seja marcada pelo binômio cooperação-autonomia. Não são puramente retóricas nossas relações de cooperação com os EUA embora, na prática, eventualmente se tenham realizado às expensas, por parte o Brasil (p.e. acordo de Alcântara)[9], de uma satisfatória margem de autonomia. Extravasaria, novamente, as dimensões deste breve estudo, qualquer intento de dar maior elaboração a esse tema. Assinale-se, apenas, por um lado, o fato de que nosso intercâmbio comercial com os EUA representa cerca de 25% do total, incluindo, depois do Mercosul, a mais alta taxa de manufaturas entre todas as nossas exportações. Por outro lado, a relevância do mercado brasileiro para os EUA – confrontados com a forte competição européia e japonesa – pode ser avaliada pela pressão exercida por aquele país para que o Brasil adira à ALCA. Existe, portanto, satisfatória bilateralidade em nosso regime de cooperação com os EUA, no âmbito da qual se possa devidamente preservar nossa autonomia.

O outro lado da questão, o da autonomia, depende, domesticamente, da medida em que o Brasil seja capaz de elevar sua capacidade tecnológica e adote políticas macroeconômicas apropriadas. Esta última questão será abordada na seguinte seção deste estudo e é mais amplamente discutida nos capítulos I e II deste livro. O que aqui requer uma referência é, mais uma vez, o que diz respeito a nossas relações com os EUA. Na medida em que se mantenha a orientação unilateralista do governo Bush, se acentuará a tendência daquele país considerar como a ele confrontacionais todas as manifestações autonômicas que contrariem seus interesses ou, simplesmente, seus desígnios. Nesse contexto, um país como o Brasil será freqüentemente conduzido a situações em que, ou bem aceita a tutela americana, renunciando (caso ALCA) a sua autonomia, ou afirma esta, levando os EUA a considerar tal posição como confrontacional.

Convém à diplomacia brasileira envidar os possíveis esforços para que os EUA entendam que posições de autonomia, no contexto de um amplo regime de cooperação, não têm caráter confrontacional. Se, todavia,

[9] Registre-se o fato auspicioso de que o governo Lula está procedendo a uma ampla revisão desse acordo, com exclusão das cláusulas de extraterritorialidade.

como tenderá freqüentemente a ocorrer, os EUA venham unilateralmente a considerar tais posições como confrontacionais, caberá ao Brasil distinguir confrontações autonômicas, como as que por ele venham a ser adotadas, de confrontações antagônicas. *Cabe ao Brasil reivindicar com firmeza, quando necessário, seu direito a uma margem de confrontação autonômica semelhante à que aliados dos EUA, como França e outros, eventualmente assumem.* Vale assinalar que a credibilidade de uma confrontação autonômica e não antagônica requer, de parte de um país como o Brasil, a efetiva renúncia à detenção de armas de destruição maciça.

A segunda linha de considerações a levar em conta, numa discussão, ainda que muito breve, dos aspectos internacionais da questão da autonomia, para um país como Brasil, se refere ao seu relacionamento com Argentina e Mercosul, com a América do Sul, com a Europa, com outros países emergentes com características semicontinentais, como China, Índia, Rússia e África do Sul, e com o restante do mundo.

Tenho sempre sustentado que uma aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina constitui a pedra angular da política exterior de ambos os países. Nas condições do acelerado processo de globalização, correntemente em marcha, uma Argentina reduzida a si mesma se situa, no cenário internacional, como um país irrelevante, menos importante, na ótica dos EUA, que a Ucrânia ou, na européia, do que o Marrocos. Diversamente, no contexto de uma aliança estratégica com o Brasil e no âmbito de Mercosul, a Argentina apresenta, para os EUA, um peso relativamente equiparável ao do Canadá e, para a Europa, ao do conjunto do Magreb. O Brasil, embora disponha, por suas maiores dimensões, de mais amplo potencial para sua afirmação no cenário internacional, também tenderia a ser, isoladamente, reduzido à condição de segmento do mercado internacional, e de membro periférico do "império americano".

No que se refere aos aspectos militares da defesa nacional brasileira importa salientar a medida em que, nas atuais condições do mundo e nas previsíveis para as próximas décadas, *a defesa nacional do Brasil não pode ser eficazmente empreendida sem a mais estreita cooperação de nossas Forças Armadas com as da Argentina e, por razões óbvias, com as dos dois outros partícipes do Mercosul.* Essa questão nos remete ao segundo ponto precedentemente referido, a dimensão internacional de nossos requisitos de defesa nacional.

A matéria se reveste de evidente complexidade. Como em outros casos, escaparia às dimensões deste breve estudo qualquer intento de lhe dar elaboração. O que importa, no fundamental, é a constatação da necessidade de uma íntima articulação militar entre os países do Mercosul, tendo por base a aliança argentino-brasileira. Para esse efeito é necessário que o Brasil, se a Argentina não se antecipar na iniciativa, dê pronto início a entendimentos com aquele país orientados no sentido de estudar a construção de um sistema comum de defesa, abrangendo o conjunto do Mercosul, intentando-se delinear as principais etapas a serem percorridas por essa essencial articulação militar, bem como as condições de razoabilidade que por ela devam ser atendidas.

Sem embargo, entretanto, de sua alta relevância, a formação de um sistema conjunto de defesa, no âmbito do Mercosul, não é suficiente para assegurar condições satisfatórias para a defesa nacional do Brasil, como também ocorre, em suas respectivas condições, com os demais partícipes, nem para a correlata proteção de nossa margem de autonomia. A impossibilidade, em termos puramente militares, tanto atualmente como num futuro previsível, de assegurar a defesa nacional de um país como o Brasil contra o risco de uma séria agressão por parte da superpotência e, mesmo, das grandes potências – não obstante, como já se mencionou, a baixa probabilidade de que tal risco venha a se concretizar – requer a adoção, no quadro internacional, de medidas complementares. Trata-se, em última análise, da necessidade de maximizar, no âmbito internacional, condições e fatores inibidores da possibilidade de agressões por grandes potências e, concomitantemente, de mobilizar apoios significativos para a perseguição pelo Brasil, nesse mesmo âmbito internacional, de seus interesses nacionais.

Nas condições peculiares ao funcionamento interno da superpotência e da influência, sobre esse funcionamento, de fatores e condutas procedentes do exterior, a principal inibição que se faz sentir provém de determinados países e instituições. Grã Bretanha, em primeiro lugar mas, em ampla medida, países como França e Alemanha e o conjunto dos países europeus exercem, por suas opiniões e posições, significativa influência sobre a opinião pública americana. O mesmo cabe dizer de instituições como as Nações Unidas, a Liga Árabe, ou o Vaticano e outras grandes autoridades religiosas. Uma apropriada articulação do Brasil com esses países e essas entidades, orientada no sentido de enfatizar o imperativo ético, por parte de todos os membros

da comunidade internacional, de agir dentro das normas de direito, exerce significativo efeito inibitório da possibilidade de prática, pelos EUA, de atos arbitrários.

Paralelamente, o estreitamento, pelo Brasil, de relações de cooperação com os países europeus e, bem assim, com países emergentes que ostentam, como o Brasil, características semicontinentais, como nos casos de China, Índia e Rússia, constitui um decisivo fortalecimento da capacidade brasileira de negociação internacional. Foi predominantemente por via diplomática que se manteve o Império Português, a partir da restauração de 1640 até a independência do Brasil. Foi também por via diplomática que o Império Austro-Húngaro, declinante desde sua derrota pela Prússia, em 1866 e decorrente formação de um sistema pan-germânico excludente da Áustria, que esta sobreviveu até a primeira grande guerra. Mencione-se, ademais, que essa guerra, que conduziu à destruição do Império Austro-Húngaro, foi provocada pela incompetência diplomática da Áustria, depois do atentado de Saravejo.

3. *Aspecto Econômico-Tecnológico*

Se os riscos militares, em matéria de defesa nacional do Brasil, são bastante remotos – embora não dispensem, o mais prontamente possível, de apropriada preparação – os riscos que se apresentam em termos econômicos e tecnológicos tendem, diversamente, a ser freqüentes e podem se revestir de efeitos fatais para nossa autonomia e independência.

No plano financeiro, esses riscos se apresentam sob a forma de dependência de capitais forâneos para a preservação da solvência internacional do país ou, em outro nível, para a viabilidade de nossas exportações. O Brasil tendia a experimentar significativos déficits em suas transações correntes na medida em que não acumulava superávits, em seu intercâmbio comercial, suficientes para cobrir os déficits de nossas outras transações correntes. Até recentemente, esses déficits eram anualmente da ordem de mais de US$ 20 bilhões e requeriam, compensatoriamente, ou bem equivalente ingresso de capitais estrangeiros, ou empréstimos do FMI. A partir de 2004 a acumulação de superávits comerciais passou a ser da ordem de US$ 30 bilhões. Por outro lado, o Brasil depende, excessivamente – por insuficiência de sua capacidade doméstica de financiamento – do

financiamento estrangeiro de suas exportações. Essa dependência sujeita o país ao arbítrio do mercado financeiro internacional, atrás do qual operam as grandes multinacionais, os grandes bancos estrangeiros, o FMI e, em última instância, o Departamento do Tesouro dos EUA.

No plano tecnológico, a dependência brasileira se reveste de características menos dramáticas, mas nem por isso menos detrimentais. A *questão apresenta duas facetas: a das patentes e a das situações de fato.* Países como os Estados Unidos e os da Europa continental se desenvolveram, aceleradamente, da segunda metade do século XIX até o primeiro terço do XX, num contexto em que eram irrelevantes as restrições tecnológicas (de procedência britânica) que sofriam. Foram eles, ao contrário, os que aceleradamente acumularam proteções internacionais para seus procedimentos tecnológicos. Presentemente, quase tudo o que se queira fazer está internacionalmente protegido por patentes, onerando significativamente o progresso tecnológico dos países emergentes e, em casos específicos, o bloqueando. Ao vastíssimo universo das patentes – cuja abrangência e durabilidade os EUA se empenham em aumentar – se agregam situações de fato, decorrentes, na prática, do monopólio ou oligopólio, por parte de grandes multinacionais, da capacidade de produzir a mais ampla gama de bens e de serviços

A dependência econômico-tecnológica constitui uma formidável barreira para o desenvolvimento de um país como o Brasil e tende, crescente e aceleradamente, a reduzir sua margem de autonomia. Não sendo convenientemente contidos os efeitos negativos dessa dependência um país como o Brasil se tornará, a relativamente curto prazo, um mero segmento de mercado internacional, submetido, domesticamente, ao controle de multinacionais estrangeiras e, externamente, ao de Washington. Nesse sentido essa dependência constitui o mais grave desafio a nossa defesa nacional, porque, simplesmente, tende a conduzir o país, em poucos anos, à perda de sua autodeterminação.

Esse duplo risco requer, correspondentemente, duas distintas ordens de providências. No que diz respeito à dependência financeira – a curto prazo a mais premente – a solução básica consiste na adoção de medidas que maximizem as exportações e contenham as importações em níveis que assegurem um satisfatório superávit comercial. Essas

medidas, no fundamental, são conhecidas e têm sido postas em prática, em anos mais recentes, particularmente nos exercícios de 2004 e 2005. A contenção das importações, por outro lado, tem resultado da depressão da demanda decorrente de nossa estagnação econômica e não de um vigoroso e bem dirigido esforço de substituição competitiva de importações.

No tocante à questão tecnológica está quase tudo por se fazer. Logrou-se, na gestão do ministro Sardenberg, no governo Cardoso, um significativo incremento dos recursos para financiamento de nosso desenvolvimento tecnológico. Ocorre, todavia, que o modelo de equilíbrio estático, que prevaleceu no governo Cardoso e está sendo mantido, pelo governo Lula, esteriliza esses recursos nos programas de superávit fiscal. Mais grave, ainda, é o fato de que a excessiva presença do capital estrangeiro, no controle do sistema empresarial brasileiro[10] desestimula o emprego da tecnologia nacional e, mais ainda, seu desenvolvimento, em proveito da tecnologia das matrizes das multinacionais que operam no Brasil.

O quadro resultante de nossa presente dependência econômico-tecnológica é muito mais grave do ponto de vista da defesa da nação brasileira, de que o decorrente de nosso despreparo militar, e em larga medida nos priva de condições para o corrigir. Ou mudamos, radicalmente, os parâmetros que regulam nossa economia e nossa atividade tecnológica ou, dentro de menos de dez anos, o Brasil deixará de ser uma nação autônoma e independente.

Mais uma vez, extravasaria os limites deste breve estudo dar-se maior elaboração a essa questão. Registrem-se apenas as seis seguintes medidas cuja adoção, o mais aceleradamente possível, é indispensável para a sobrevivência nacional.

(i) Poupança doméstica
Elevação da atual taxa, da ordem de 18% do PIB, para não menos de 25%;

(ii) Taxa anual de crescimento econômico
Elevação da atual, negativa ou modesta, para cerca de 7%;

[10] Dentre as 500 maiores empresas domiciliadas no Brasil, mais de 47% são estrangeiras.

(iii) Superávit comercial anual
Manter o superávit comercial para um mínimo de US$ 30 bilhões, combinando maiores exportações e novos mecanismos para esse efeito, com crescente taxa de substituição competitiva de importações;

(iv) Patente
Proceder a uma rigorosa revisão da política de registro de patentes, eliminando-se as abusivas e subordinando-se as novas a condições compatíveis com o desenvolvimento nacional e a proteção social da saúde popular. Estimular, concomitantemente, o patenteamento de nossas inovações tecnológicas;

(v) Processo produtivo
Orientar o processo produtivo no sentido de sua crescente nacionalização, mediante correspondente incremento da taxa doméstica de poupança, *desestimulando-se ou se vedando investimentos forâneos que, sem compensadoras vantagens tecnológicas consumam, a qualquer título, mais divisas do que as que direta ou indiretamente produzam.* Estimular, vigorosamente, a produção e a utilização da tecnologia nacional e desestimular, fiscalmente e por outros meios legítimos, a importação de insumos e de tecnologias que tenham, competitivamente, alternativa nacional.

(vi) OMC
Adotar, dentro de modalidades apropriadas, as medidas necessárias para evitar a obstacularização do desenvolvimento brasileiro por restrições fixadas pela OMC, procedendo-se, por um lado, às gestões necessárias para sua modificação e, por outro lado, às cautelas e providências domésticas convenientes para evitar sanções.

4. *Perigosas Interferências Externas*

Uma das mais preocupantes limitações do Brasil, no que se refere à proteção de seus interesses nacionais, é sua alta vulnerabilidade à intervenções de poderosos interesses forâneos, em conivência operacional com agentes domésticos. Essas interferências tendem a assumir maior visibilidade – despertando, decorrentemente, maior resistência interna – quando se referem a processo ou movimentos de tendência subversiva. Tal ocorre, por exemplo, no caso do financiamento por agências externas do

Movimento dos Sem Terra. Ou no que se refere a conivência com as FARCs da Colômbia.

Menos detectadas, mas potencialmente mais perigosas, são as conivências – nem todas maliciosas – com interesses econômicos e políticos estrangeiros, que operam no sentido de influenciar a opinião pública e o governo a favor de iniciativas e posições que, devidamente examinadas, são detrimentais para o Brasil. O caso do acordo de Alcântara, cedendo aos Estados Unidos, com cláusulas de extraterritorialidade, disfarçadas de proteção de segredos tecnológicos, o acesso exclusivo de partes do território nacional, é um recente exemplo de como inaceitáveis concessões podem ser extraídas de autoridades brasileiras, embora estas, no caso, fossem pessoas da melhor qualidade pessoal e pública. O que explica a possibilidade de tal ocorrência é a longa e persuasiva endoutrinacão a que vem sendo submetida a opinião pública brasileira, pela mídia e por outros meios, no sentido de apresentar os interesses estratégicos dos EUA como coincidentes com os do Brasil, o que freqüentemente não ocorre.

Situação equivalente, mas que se reverte de extraordinária gravidade, é o projeto ALCA na forma proposta pelos EUA. Trata-se de uma iniciativa dos Estados Unidos destinada, declaratoriamente, à formação de uma área pan-americana de livre comércio, do Alasca à Patagônia. Apresenta-se essa iniciativa como extremamente favorável aos países latino-americanos porque, supostamente, lhes proporcionaria livre acesso ao grande mercado norte-americano e lhes canalizaria um importante fluxo de capitais e de tecnologia. Essa iniciativa, na América Latina, conta com o apoio da grande mídia, das multinacionais e de diversos grupos de pressão.

O Brasil tem sido o país latino-americano menos propenso a aceitar ALCA. Isto não obstante, o presidente Bush, em seu encontro com o presidente Lula, em julho de 2003, dele logrou obter um avançado grau de concordância com o projeto ALCA, apenas matizado por uma prudente ressalva de que o Brasil se reservava o direito de condicionar sua aceitação à eliminação, pelo EUA, das cláusulas assimetricamente protetivas dos interesses americanos. Tudo indica que o governo americano no segundo mandato de Bush, intensificará suas pressões.

Devidamente examinado, o projeto ALCA, tal como apresentado pelos EUA, constitui uma proposta extremamente unilateral de favorecimento dos interesses americanos, em detrimento dos da América Latina. Sob esse aspecto, duas são as principais características dessa assimetria. A primeira consiste em excluir do regime de ALCA as modalidades não tarifárias de proteção dos setores subcompetitivos da economia americana, desde o suco de laranja (*lobby* da Flórida) até artefatos de couro, ou o aço. Desta forma, como o regime de proteção, nos países latino-americanos, seja puramente tarifário, eles ficariam com seus mercados totalmente abertos, enquanto os EUA continuariam gozando da proteção de barreiras não tarifárias. A segunda modalidade de que se reveste o unilateralismo americano, nesse projeto, consiste em instituir falaciosas reciprocidades - assim em matéria de proteção da propriedade intelectual (TRIP), da não regulabilidade de investimentos estrangeiros, ou de compras governamentais. A extensão, no projeto ALCA, desses direitos a todos os participantes, escamoteia o fato de que somente empresas americanas disporão de condições para se valer dessas facilidades. Nenhuma empresa latino-americana poderá vantajosamente concorrer para compras do governo americano, enquanto são numerosas as empresas americanas que poderão vantajosamente concorrer para compras de governos latino-americanos. A interdição da regulamentação nacional de capitais estrangeiros não acarreta nenhuma vantagem aos países latino-americanos, que não terão importantes inversões nos EUA, ao mesmo tempo em que os priva da possibilidade de regular o capital estrangeiro aplicado em seus respectivos países.

Há que se levar adicionalmente em conta, no caso da ALCA, o fato de que, ainda que os EUA, improvavelmente, venham a aceitar as propostas corretivas formuladas pelo Brasil, *ALCA continuaria a não ser aceitável pelo Brasil na medida em que a supressão de todas as tarifas aduaneiras, no espaço pan-americano, conduziria à supressão da tarifa externa comum do Mercosul, tarifa essa que é a pedra angular do sistema Mercosul.* Para um país como o Brasil, renunciar a Mercosul para se tornar apenas um entre dezenas de membros da ALCA – ainda quando esta fosse depurada de suas inaceitáveis características assimétricas – conduziria à renunciar ao seu mais importante instrumento de proteção internacional, o Mercosul, para se tornar um país dependente dos EUA.

Não obstante os gravíssimos inconvenientes que acarretaria para o Brasil sua adesão à ALCA – tal como proposta pelos EUA – essa adesão é

defendida por importantes setores brasileiros. Esse estado de coisas revela a medida em que o Brasil continua vulnerável à pressão de importantes interesses estrangeiros, apoiados, maliciosa ou ingenuamente, por conivências domésticas. Somente uma ampla mobilização da consciência popular, que suscite no povo brasileiro uma vigorosa convicção de que a preservação da autonomia do país é a condição básica de sua persistência histórica, poderá gerar condições que permitam uma eficaz defesa dos interesses nacionais do país.

Acrescente-se, no caso da discussão de um projeto como a ALCA, a necessidade, de se proceder, preventivamente, a um grande esforço de fortalecimento da posição internacional do Brasil, como já foi precedentemente mencionado. Em primeiro lugar, consolidando-se o Mercosul, com base numa séria aliança estratégica do Brasil com a Argentina. Por outro lado, a recusa de ingresso na ALCA nos termos propostos pelos EUA deve ser apresentada como decorrendo do fato de os Estados Unidos se recusarem a eliminar todas as cláusulas assimétricas.

Ademais do fortalecimento do Mercosul é indispensável a consolidação, o mais brevemente possível, da Comunidade Sul-Americana de Nações instituindo um amplo regime de livre comércio e de cooperação econômica entre os países dos dois blocos. Desde o ponto de vista do Mercosul nada obsta a que os países andinos que o queiram adiram à ALCA, nas condições propostas pelos EUA, sempre que concedam aos países do Mercosul as mesmas vantagens que ofereçam aos EUA. Os países do Mercosul não são, de um modo geral, competitivos com os EUA em território americano, mas o são na América do Sul.

Sem dar maior elaboração à questão importa reiterar que um esforço de fortalecimento da posição internacional do Brasil – o mesmo valendo para os demais partícipes do Mercosul – requer apropriados entendimentos com a Europa, com o Japão e com países semicontinentais como China, Índia, Rússia e África do Sul. Com o apoio das providências precedentemente mencionadas o Brasil e demais partícipes do Mercosul poderão recusar sua adesão a ALCA, se os EUA não renunciarem às cláusulas assimétricas, preservando sua autonomia e seus interesses econômicos em condições de satisfatória sustentabilidade.

IV. O PROBLEMA DA MARGINALIDADE METROPOLITANA

IV. O PROBLEMA DA MARGINALIDADE METROPOLITANA

– Uma Breve Apresentação Preliminar –

1. *O Problema*

Dois prazos

Como salientado no primeiro capítulo deste livro, o Brasil se defronta, internacionalmente, com um prazo extremamente curto, em termos históricos, para se assegurar um futuro satisfatoriamente autônomo e desenvolvido. Algo de não mais do que vinte anos. O processo de globalização, agravado pelo unilateralismo do governo Bush, está reduzindo, drástica e aceleradamente, o espaço de permissibilidade internacional de que um país como o Brasil ainda dispõe. Se, no curso das duas próximas décadas, o Brasil não conseguir superar os aspectos mais graves de seu subdesenvolvimento, de ordem predominantemente social e não atingir um nível econômico-tecnológico equivalente ao da Itália, resvalará, inapelavelmente, para se converter em mero segmento do mercado internacional, internamente controlado por grandes multinacionais e, externamente, por Washington.

Um prazo ainda mais curto, entretanto, se apresenta para o Brasil vencer o mais grave sintoma de seu subdesenvolvimento social: a gigantesca marginalidade que cerca todas as nossas metrópoles. Diversos fatores e circunstâncias se conjugaram, particularmente no curso dos últimos trinta anos para, em termos que se agravam aceleradamente em taxas geométricas de crescimento, formar imensos anéis de marginalidades em torno de todas as nossas metrópoles, notadamente nos casos de Rio e São Paulo.

Nessa imensa marginalidade, uma juventude totalmente deseducada, com acesso apenas a empregos braçais, aceleradamente declinantes e remuneráveis somente pelo salário mínimo, prefere a vida aventurosa de ser agente do narcotráfico, formando um imenso exército de reserva do

crime organizado. Essa ameaça à civilização brasileira constitui um desafio que tem de ser enfrentado e satisfatoriamente resolvido em prazo bem menor do que o anteriormente mencionado.

Marginalidade metropolitana

A marginalidade metropolitana, embora influenciada por muitos fatores, decorre, predominantemente, do fato de que a tradicional miséria rural brasileira – originariamente procedente da escravidão – e particularmente significativa no Nordeste, conduziu, dada a falta de políticas que estimulassem a fixação do homem à terra, como uma oportuna reforma agrária, a imensas migrações para os centros metropolitanos, notadamente, Rio e São Paulo. Uma população rural miserável e deseducada, insuscetível de trabalho que não seja puramente braçal, se acumulou nas favelas e periferias das metrópoles em taxas crescentes, particularmente no período, a grosso modo, dos anos 70 aos 80 e, menos intensa mas continuamente, a partir da última década.

Concomitantemente, expandiu-se no Brasil a atividade de narcotraficantes, que encontraram, no âmbito das populações marginais, abrigo e facilidades de recrutamento de seus agentes. Uma juventude totalmente deseducada se desenvolveu nesse ambiente, defrontando-se com precárias possibilidades de emprego remunerado, assim mesmo só acessível, para esses deseducados, nas condições de trabalho braçal, com salário mínimo. Confrontados com essa situação, um número crescente de jovens prefere aderir ao narcotráfico, ainda que arriscando a vida, formando os exércitos ativo e de reserva do crime organizado.

A reação do Estado de Direito a essa situação tem sido quase exclusivamente policial. Dada a estrutura federal do Brasil, essa polícia é estadual, cabendo à Polícia Militar a tarefa da confrontação direta com os agentes do narcotráfico.

A experiência dos últimos anos, de forma crescentemente agravada, tornou evidente a completa impossibilidade de se lidar com esse fenômeno em termos exclusiva ou predominantemente policiais. As polícias não somente não conseguem controlar as forças do narcotráfico como, inclusive, estão perdendo a capacidade de garantir a segurança pública,

crime organizado. Essa ameaça à civilização brasileira constitui um desafio que tem de ser enfrentado e satisfatoriamente resolvido em prazo bem menor do que o anteriormente mencionado.

Marginalidade metropolitana

A marginalidade metropolitana, embora influenciada por muitos fatores, decorre, predominantemente, do fato de que a tradicional miséria rural brasileira – originariamente procedente da escravidão – e particularmente significativa no Nordeste, conduziu, dada a falta de políticas que estimulassem a fixação do homem à terra, como uma oportuna reforma agrária, a imensas migrações para os centros metropolitanos, notadamente, Rio e São Paulo. Uma população rural miserável e deseducada, insuscetível de trabalho que não seja puramente braçal, se acumulou nas favelas e periferias das metrópoles em taxas crescentes, particularmente no período, a grosso modo, dos anos 70 aos 80 e, menos intensa mas continuamente, a partir da última década.

Concomitantemente, expandiu-se no Brasil a atividade de narcotraficantes, que encontraram, no âmbito das populações marginais, abrigo e facilidades de recrutamento de seus agentes. Uma juventude totalmente deseducada se desenvolveu nesse ambiente, defrontando-se com precárias possibilidades de emprego remunerado, assim mesmo só acessível, para esses deseducados, nas condições de trabalho braçal, com salário mínimo. Confrontados com essa situação, um número crescente de jovens prefere aderir ao narcotráfico, ainda que arriscando a vida, formando os exércitos ativo e de reserva do crime organizado.

A reação do Estado de Direito a essa situação tem sido quase exclusivamente policial. Dada a estrutura federal do Brasil, essa polícia é estadual, cabendo à Polícia Militar a tarefa da confrontação direta com os agentes do narcotráfico.

A experiência dos últimos anos, de forma crescentemente agravada, tornou evidente a completa impossibilidade de se lidar com esse fenômeno em termos exclusiva ou predominantemente policiais. As polícias não somente não conseguem controlar as forças do narcotráfico como, inclusive, estão perdendo a capacidade de garantir a segurança pública,

definitivamente, em crescentes áreas das metrópoles e, de um modo geral, em qualquer sítio.

A esse quadro se agrega uma gigantesca e crescente corrupção que afeta por um lado, a própria polícia, notadamente os agentes carcerários, que se convertem em agentes do narcotráfico nas próprias penitenciárias supostamente de segurança máxima. Por outro lado, a corrupção se alastra para a Magistratura e para o âmbito da classe política e dos titulares de funções executivas.

O Brasil está perdendo, irretorquivelmente, a luta contra o crime organizado. É manifesta, por um lado, a impossibilidade de se o controlar e combater apenas por meios policiais. É igualmente manifesta a incapacidade, nas condições que vieram a se formar, da segurança pública continuar sob a exclusiva responsabilidade dos Estados da Federação.

O quadro que se desenha, a prazo bastante curto, pode ser resumido na seguinte alternativa: (1) africanização do Estado brasileiro, que perde o monopólio do poder e a capacidade de garantir a segurança pública, levando o país a ficar à mercê de bandos armados; (2) formação de uma profunda reação autoritarista por parte da classe média brasileira, conduzindo a um fascismo do anticrime e à perigosa e gravíssima identificação indiscriminada das populações marginais com a criminalidade. É indispensável, assim, ante esse quadro, que se proceda, prontamente, a uma ampla e qualificada reflexão crítica sobre essa problemática, que conduza à identificação dos fatores que a condicionam e conduza a soluções exeqüíveis de ordem geral e não meramente tópicas.

Fatores

Reduzindo a sua formulação mais simplificada o complexo conjunto de fatores que ocasionam o quadro precedentemente delineado, pode-se destacar os quatro principais: (1) a marginalidade como produto de total deseducação e de insuficientes oportunidades de emprego; (2) a condição particular da juventude, sobretudo masculina, nas populações marginais; (3) a inviabilidade da coexistência topográfica da favela com a urbe; (4) a incontrolabilidade do narcotráfico.

A miséria das populações marginais, basicamente decorrentes de sua total deseducação, conjugadamente com o desemprego, se caracteriza pela existência de numerosas famílias com muitos filhos, abandonados pelo pai, sustentadas por mulheres que auferem baixíssimo rendimento. Se caracteriza, também, por grande número de desempregados, que vivem de precários rendimentos provenientes do trabalho informal. Nessas comunidades os narcotraficantes encontram, ao mesmo tempo, refúgio e recrutas para suas atividades. De um modo geral tais comunidades, como usualmente ocorre nas favelas, estão submetidas a uma dupla liderança local, a de um líder comunitário e a do chefe do bando de narcotraficantes nelas instalados. O líder local é compelido, com maior ou menor grau de cumplicidade, a formas dependentes de convívio com os narcotraficantes, que combinam, segundo o estilo de cada grupo, distribuição de favores com o terrorismo da violência.

O mais grave aspecto da marginalidade metropolitana é o grande número de membros totalmente deseducados de sua juventude, particularmente a masculina, que optam pela arriscada vida do narcotráfico, ante a ausência de alternativas satisfatórias. Daí surgem os agentes do tráfico, continuamente renovados e o imenso exército de reserva do crime.

Outro grave aspecto do problema da marginalidade urbana é a observável inviabilidade da coexistência topográfica da marginalidade com o conjunto da cidade. Todas as sociedades contêm, de um modo geral, um maior ou menor contingente de pobres, embora a pobreza não seja, em princípio, um fenômeno inevitável. Muitas sociedades apresentam, ademais, um maior ou menor contingente de miseráveis, vivendo de rendimentos não superiores a um dólar por dia, embora a miséria, mais indiscutivelmente do que a pobreza, seja algo de perfeitamente erradicável. Nesse quadro, o que caracteriza a marginalidade metropolitana no Brasil é a freqüência com a qual se observa a coexistência, no mesmo ou quase mesmo espaço urbano, da marginalidade com o conjunto da cidade.

O caso das favelas, no Rio de Janeiro e em outras metrópoles, é típico dessa coexistência topográfica. Nas cidades européias e norte-americanas, e nas que seguem padrões equivalentes, observa-se uma diferenciação topográfica entre os sítios habitados por pobres, remediados e ricos. Esse distanciamento, embora não resolva os problemas sociais decorrentes da desigualdade de condições de vida, não os agrava, como

ocorre nos casos em que o mesmo ou quase mesmo espaço urbano é compartilhado por estratos sociais abissalmente diferenciados.

A observação dos fatos comprova a inviabilidade da coexistência espacial da favela com a cidade. Os cidadãos não-favelados se encontram, crescentemente, na condição de pessoas sitiadas por uma comunidade hostil, sem nenhuma solidariedade recíproca. Isto apresenta para o Brasil, a não longo prazo, um incontornável dilema; ou se urbaniza a favela ou se faveliza a cidade.

De todos os aspectos precedentemente indicados o mais intratável talvez seja a incontrolabilidade do narcotráfico. Na verdade chegou, sobejamente, o momento de se reconhecer que a civilização perdeu a guerra da droga. Desde o neolítico, senão desde antes, o homem cultiva o hábito da intoxicação. A intoxicação primitiva se reveste de forma religiosa, preservada em muitas culturas atuais. A moderna, que vai do álcool à morfina, ao ópio e outras drogas psicotrópicas, vem se revelando, consistentemente, insusceptível de controle pela via de sua criminalização.

Típico exemplo dessa inviabilidade foi a experiência americana com a "prohibition" que vedou, de 1919 a 1933, as bebidas alcoólicas, criminalizando sua distribuição e seu uso. O resultado dessa proibição foi a formação dos piores bandos criminais até então conhecidos, dos quais o mais famoso foi o de Al Capone. Foi constatando a inviabilidade da proibição que os Estados Unidos, e outros países que a adotaram, discriminalizaram o álcool, embora submetendo a severo controle e punição as formas publicamente nocivas de seu abuso.

Não pode escapar a ninguém o fato de que algo semelhante, apenas em escala exponencialmente mais grave, está ocorrendo com as drogas psicotrópicas. Os maiores bandos criminosos do mundo se formaram em torno do superlucrativo negócio de venda clandestina de tais drogas. Concomitantemente, alastrou-se, por todos os países, a mais ampla prática de corrupção de autoridades públicas pelo narcotráfico, que dispõe de somas gigantescas, provenientes de um dos mais lucrativos negócios do mundo.

A criminalização da droga está se revelando um problema insolúvel em todos os países do mundo e conduzindo, nos casos mais graves, à destruição do Estado, como na Colômbia, ou ao colapso da segurança

pública, como nas metrópoles brasileiras, notadamente nos casos do Rio e São Paulo. O problema se reveste de grande complexidade. Em última análise, há dois principais aspectos a considerar: (1) o que poderíamos designar de apropriada análise da relação social de custo-benefício, no que diz respeito à criminalização ou descriminalização da droga e (2) o que diz respeito aos aspectos institucionais da questão.

O que é mais nocivo para a sociedade, a criminalidade e a corrupção incontroláveis, decorrentes da criminalização da droga, ou os efeitos nocivos decorrentes de sua liberação e, supostamente, da resultante ampliação de seu uso? Por outro lado se apresenta a questão institucional. Se se concluir que a liberação da droga é socialmente um mal menor do que o que resulta de sua criminalização, como proceder a essa liberação? Por decisão de uma cidade, como ocorreu em Amsterdã? Por decisão de um país, de um conjunto de países, das Nações Unidas?

2. *Possíveis Soluções*

Dimensões

Para um país como o Brasil, enfrentar seriamente o problema da marginalidade metropolitana constitui um desafio de gigantescas proporções e de extrema complexidade. A questão, como imediatamente se infere das considerações precedentes, ultrapassa, completamente, sua dimensão policial e o âmbito de competência e de capacitação dos estados da Federação. A questão requer uma atuação coordenada das três esferas da Federação, sob a direção da União e de seu Poder Executivo. Reduzindo uma questão complexa a suas principais dimensões, pode-se dizer que a matéria apresenta cinco principais aspectos: (1) a miséria, (2) a juventude marginal, (3) o problema da habitação popular, (4) o narcotráfico e (5) as condições e os recursos necessários para enfrentar tais problemas.

Miséria[11]

O problema da miséria se diferencia, nitidamente, em função do tempo, conforme se o considere a longo ou a curto prazos. A longo prazo

[11] Estima-se internacionalmente em estado de miséria as pessoas com rendimento diário não superior a US$1,00. No Brasil, pessoas com menos de R$90,00 por mês.

a erradicação da miséria decorrerá da universalização de boa educação pública com a geração de uma economia empregadora. Não haverá mais miséria no Brasil a partir do momento em que todos os brasileiros tenham recebido um mínimo satisfatório de educação e em que haja satisfatório equilíbrio entre a demanda e a oferta de emprego. Presentemente, de acordo com a FGV, 29,3% dos brasileiros se encontram na faixa de pobreza, ou seja, 50 milhões de pessoas. Na faixa da miséria estão cerca de 22 milhões, ou seja 12,6% da população.

O grave da questão se apresenta a curto prazo. Que fazer com as inúmeras famílias, com muitos filhos, dependentes de mulheres que não podem auferir satisfatória renda? Que fazer com os desempregados, que dependem de um precário trabalho informal, de baixíssimo rendimento?

Não pode haver dúvidas quanto ao fato de que a única solução possível para tal problema, a curto prazo, consiste em uma intervenção assistencial pública – como a atual bolsa-família – combinadamente com medidas que evitem a reprodução das condições que geraram essa miséria. Vista a questão mais de perto, haverá formas de elevar a auto-ajuda que as famílias em apreço possam se prestar, incluída a instituição de um sistema de creches e agências semelhantes que liberem para um trabalho remunerado mulheres-chefe de família. Isto não obstante, o peso líquido da erradicação da miséria, a curto prazo, recairá sobre as finanças públicas – a ser devidamente estimado – e será certamente muito elevado.

Juventude transviada

Mais complexo do que o problema da miséria, considerada a curto prazo, é o problema da juventude transviada, nas comunidades marginais. Jovens totalmente deseducados, sobretudo do sexo masculino, não têm interesse em se educar, se facilidades para tal lhes forem proporcionadas, nem em buscar a única forma de trabalho a que estão habilitados, o trabalho braçal. Esta modalidade de trabalho, desde logo, numa economia metropolitana como a brasileira, de já ampla e crescente modernização, é relativamente escassa, concentrando-se na construção civil, na limpeza pública e, subordinada a mais escrutinizadora seleção pessoal, a atividades domésticas, empregos esses (excetuado o doméstico de luxo) remunerados, basicamente, pelo salário mínimo. Os jovens em referência, ante esse quadro,

preferem optar pelo narcotráfico, nas diversas formas de atividade que este proporciona, desde as que requerem o exercício da violência até as de intermediação, vigilância e outras. Se se lograsse privar os narcotraficantes desse imenso exército de reserva de que ora dispõem, reduzir-se-ia, significativamente, a capacidade de atuação dos mesmos e, decorrentemente, a taxa de criminalidade.

Considerado de forma realista, o afastamento da juventude, nas comunidades marginais, do narcotráfico para atividades socialmente sadias não depende, apenas, da criação de oportunidades alternativas e menos ainda de exortações cívico-morais. Tal afastamento requer a combinação da oferta de alternativas efetivas com apropriadas medidas coercitivas. Simplificando a questão, trata-se, no fundamental, por parte do poder público, de assegurar emprego a quem possa exercer algum trabalho e não o encontre no mercado. Trata-se, igualmente, de assegurar educação pública aos jovens deseducados, dentro, entretanto, de um regime compulsório, que penalize a evasão escolar. Trata-se, finalmente, de criminalizar a ociosidade, uma vez que o Estado assegure a todos emprego e/ou educação.

A execução de tal política implica em complexos e custosos requisitos, mas ela é a única forma realista e efetiva de acabar com o recrutamento de jovens pelo narcotráfico. Sem entrar em detalhes, relativamente a essa questão, mencionem-se, apenas, três aspectos fundamentais: (1) custo, (2) forma organizatória do trabalho e/ou da escola a serem proporcionados pelo poder público e (3) condições para a identificação dos jovens em referência.

Como no que diz respeito a diversos outros tópicos destas considerações, uma apropriada avaliação de custos e de como atendê-los é um requisito prévio de qualquer política nesse campo. No que diz respeito aos aspectos organizatórios conviria, em primeiro lugar, recordar a exitosa experiência do presidente Franklin Roosevelt, durante a depressão americana, constituindo, por iniciativa e com recursos federais, "brigadas de trabalho", que asseguraram emprego a quem não o encontrava no mercado. Acrescente-se, no caso ora em discussão, a necessidade de assegurar o *quantum* de compulsoriedade que tal política requer – ademais de questões relacionadas com o alojamento e a sustentação dessas brigadas – o que só será exeqüível com a ativa participação das Forças Armadas.

Habitação popular

A questão da habitação popular é uma das mais importantes dentre todas que estão em jogo. O déficit habitacional brasileiro já foi estimado e monta a algo da ordem de 10 milhões de residências. A forma de preencher esse imenso déficit é obviamente complexa. Nem pode se efetuar em termos, mesmo remotamente, comerciais, nem pode consistir em mera doação pelo poder público. A experiência do Banco Nacional de Habitação mostrou a medida em que formas bancárias de construção de habitações populares ficam restritas a setores de renda significativamente superiores ao salário mínimo. A mera doação pública, por outro lado, importaria em gerar uma gigantesca atração das populações rurais para se habilitarem a ganhar uma casa urbana. Mais uma vez, o caráter meramente preliminar destas considerações permite, apenas, que se identifique o problema, sem a possibilidade de formular soluções.

Conviria, sobre esse tema, mencionar dois de seus aspectos mais relevantes. Trata-se, por um lado, *da imprescindibilidade, quando se aborde tal questão, de constatar a necessidade de fixar legalmente critérios para acesso ao direito de moradia urbana.* As cidades européias não estão, habitacionalmente, abertas a qualquer um. Países como a Suíça vão ainda além. Não se limitam a requerer apropriada habilitação para acesso a uma residência urbana mas, adicionalmente, limitam o número de habitantes conveniente para cada cidade. Essa questão terá de ser enfrentada por uma nova política de habitação popular, notadamente no que diz respeito à construção de habitação popular para novos residentes urbanos.

Por outro lado, tendo em vista a população marginal que já se concentra em nossas metrópoles, uma apropriada política habitacional deverá considerar, dentro dos convenientes requisitos, a possibilidade de urbanizar conglomerados habitacionais já existentes. Tal é o intuito do já existente projeto "favela bairro". É indubitável que se deverá fazer, nesse sentido, o máximo que seja exeqüível.

A questão das favelas requer, ainda, outra ordem de considerações. Trata-se, relativamente às favelas existentes e sem prejuízo dos novos projetos habitacionais que venham a ser concebidos, da urgente necessidade de se proceder à identificação de todas as habitações que contenham, com o cadastramento dos respectivos moradores. Somente assim se poderá

conhecer, controladamente, a população que deverá ser subsidiada, os desempregados que deverão receber emprego e os jovens, que deverão ser mobilizados, de conformidade com o precedentemente mencionado. Procedimentos dessa ordem requerem, evidentemente, apropriada preparação, tanto no sentido de captar a adesão das populações em jogo, dando-se-lhes clara noção dos benefícios que irão receber, como no sentido de assegurar a cobertura policial que esse levantamento exigirá, incluídas as prévias medidas legislativas para tal necessárias.

Narcotráfico

O mundo perdeu a guerra do narcotráfico e se recusa a reconhecê-lo. Ante tal situação, em que intervém uma multiplicidade de fatores, desde legítimas convicções ético-sanitárias até interesses corporativos, sem mencionar a natural resistência dos narcotraficantes, não se pode agir sem cuidadosa preparação. Como já mencionado, importa distinguir a questão do custo-benefício social, entre a criminalização e a descriminalização da droga, da questão institucional, relativa a como proceder, no caso da descriminalização.

Para a complexa questão de se chegar a uma conclusão válida no que diz respeito ao custo-benefício social da criminalização versus liberação da droga, a única forma possível é a de se intentar o consenso, ou pelo menos, a expressão francamente majoritária, de opiniões abalizadas sobre o tema. Trata-se de convocar uma ampla discussão científica, tanto a nível nacional como internacional, de "expertos" sobre os diversos aspectos implicados na questão, dos sócio-culturais aos médico-sanitários e aos jurídico-policiais, para o debate da matéria e o intento de se chegar a uma conclusão. Estou, pessoalmente, convicto de que o custo social da criminalização da droga, como o comprovam a experiência da "prohibition" e a observação do que presentemente ocorre, é incomparavelmente superior aos malefícios da liberação. Acrescento a forte impressão de que a liberação da droga não ampliará, significativamente, seu consumo. Na verdade, quem quer droga já se habilitou a obtê-la. O problema que se apresenta, assim, como no caso das bebidas alcoólicas, é o de estabelecer apropriadas regras e punições para condutas publicamente nocivas.

Essas considerações requerem uma reflexão sobre o caso brasileiro. Supondo-se que um país como o Brasil, tomando consciência dos gravíssimos

problemas que lhe está causando a criminalização da droga, tome a iniciativa, com outros ou independentemente, de convocar, nacional e internacionalmente, a grande discussão precedentemente referida, subsiste, ainda assim, um sério problema de prazo. Por quanto tempo o Brasil pode suportar que se expandam o narcotráfico e seus efeitos criminosos? A matéria exige, sem dúvida, séria reflexão. Creio que se poderia reconhecer o fato de que o ataque ao problema da marginalidade metropolitana, no Brasil, devesse se iniciar o mais prontamente possível, com as demais providências precedentemente indicadas, enquanto, paralelamente, o governo brasileiro tomasse a iniciativa, preferivelmente com outros países, notadamente os do Mercosul, de convocar a grande conferência científica antes mencionada. Somente no curso desse processo será possível estimar se o prazo para obtenção de um desejável consenso científico a respeito da descriminalização da droga, enquanto outras medidas estão sendo executadas, permita esperar por esse consenso, ou exija antecipadamente medidas mais urgentes.

Séria pesquisa

O presente texto se reveste de caráter preliminar. Trata-se de uma primeira e sumária exploração do tema. Na medida em que as considerações aqui expendidas pareçam merecer um sério estudo, importa proceder a uma grande pesquisa sobre a matéria, notadamente no que diz respeito à difícil questão de se estimar o custo de cada uma dessas medidas e de como se lhes dar cobertura.

Uma reflexão final que o tema requer diz respeito à difícil situação em que o Brasil se encontra, em 2005, em matéria de investimento público. Depois de vinte anos de estagnação e de o primeiro ano do governo Lula ter sido totalmente dedicado a um esforço de equilíbrio fiscal, monetário e cambial, resultando num crescimento zero, com crescimento apenas em 2004, a questão da capacidade nacional de crescimento econômico, em geral, e da capacidade de investimento público, em particular, se tornou extremamente delicada.

Sem dar à questão maior elaboração, mencione-se, apenas, que o país necessita de imenso esforço adicional de poupança para elevá-la, dos modestos atuais 18% do PIB, para algo da ordem de 25% do PIB, se quiser retomar, como é indispensável que o faça, o caminho de um acelerado

desenvolvimento. Para atender aos problemas mencionados neste breve texto, todavia, embora estejam por fazer as correspondentes estimativas orçamentárias, não se pode fugir ao reconhecimento de que o conjunto dos montantes requeridos tenderá a ser, para um PIB da ordem de US$ 450 bilhões, algo da ordem de 5% do mesmo, montante a ser gasto por sucessivas etapas.[12] Segundo dados já mencionados da FGV (Mapa do Fim da Fome), a erradicação da miséria requer um montante da ordem de R$ 20 bilhões por ano. Esse montante seria significativamente inferior para um programa restrito à marginalidade metropolitana, que representa cerca de 10% do total, embora bem mais do que isso em termos do custo de sua erradicação.

Como resulta evidente, um programa dessa natureza não apenas ultrapassa completamente sua dimensão policial – embora a requeira – como a própria capacidade dos estados. Trata-se de algo só abordável como um grande programa nacional, empreendido pela União, conjuntamente com os estados e municípios. Um programa dessa ordem exige uma série de condições prévias, que vão dos aspectos institucionais aos orçamentários e organizacionais, condições essas presentemente inexistentes. É urgentíssimo, entretanto, dar pronto início ao estudo da matéria, para apressar o começo de execução de tal programa.

[12] O já mencionado estudo de Paulo Marcio Pochmann, para o conjunto da miséria no Brasil, chega a estimativas muito superiores, da ordem de não menos de 14.5% do PIB por ano, durante 16 anos.

Anexo

ANEXO

GOLDMAN SACHS

Projected US$GDP												
2003$USon	BRICs				G6							
	Brazil	China	India	Russia	France	Germany	Italy	Japan	UK	US	BRICs	G6
2000	762	1078	469	391	1,311	1,875	1,078	4,176	1,437	9,825	2,700	19,702
2005	468	1724	604	534	1,489	2,011	1,236	4,427	1,688	11,697	3,330	22,548
2010	668	2998	929	847	1,622	2,212	1,337	4,601	1,876	13,271	5,441	24,919
2015	952	4754	1411	1232	1,767	2,386	1,447	4,858	2,089	14,786	8,349	27,332
2020	1333	7070	2104	1741	1,930	2,524	1,553	5,221	2,285	16,415	12,248	29,928
2025	1695	10213	3174	2264	2,095	2,604	1,625	5,567	2,456	18,340	17,345	32,687
2030	2189	14312	4935	2980	2,267	2,697	1,671	5,810	2,649	20,833	24,415	35,927
2035	2871	19605	7854	3734	2,445	2,903	1,708	5,882	2,901	23,828	34,064	39,668
2040	3740	26439	12367	4467	2,668	3,147	1,788	6,039	3,201	27,229	47,013	44,072
2045	4794	34799	18847	5156	2,898	3,381	1,912	6,297	3,496	30,956	63,596	48,940
2050	6074	44453	27803	5870	3,148	3,603	2,061	6,673	3,782	35,165	84,201	54,433

GS BRICs Model Projections See text for details and assumptions

Projected US$GDP Per Capita										
2003 US$	BRICs				G6					
	Brazil	China	India	Russia	France	Germany	Italy	Japan	UK	US
2000	4,338	854	468	2,675	22,078	22,814	18,677	32,960	24,142	34,797
2005	2,512	1,324	559	3,718	24,547	24,402	21,277	34,744	27,920	39,552
2010	3,417	2,233	804	5,948	26,314	26,877	23,018	36,172	30,611	42,926
2015	4,664	3,428	1,149	8,736	28,338	29,111	25,086	38,626	33,594	45,835
2020	6,302	4,965	1,622	12,527	30,723	31,000	27,239	42,359	36,234	48,849
2025	7,781	7,051	2,331	16,652	33,203	32,299	28,894	46,391	38,479	52,450
2030	9,823	9,809	3,473	22,427	35,876	33,898	30,177	49,944	41,194	57,263
2035	12,682	13,434	5,327	28,749	38,779	37,087	31,402	52,313	44,985	63,017
2040	16,370	18,209	8,124	35,314	42,601	40,966	33,583	55,721	49,658	69,431
2045	20,926	24,192	12,046	42,081	46,795	44,940	36,859	60,454	54,386	76,228
2050	26,592	31,357	17,366	49,646	51,594	48,952	40,901	66,805	59,122	83,710

GS BRICs Model Projections See text for details and assumptions

Projected US$ GDP Per Capita Growth: 5-Year Averages										
Average % yoy	BRICs				G6					
	Brazil	China	India	Russia	France	Germany	Italy	Japan	UK	US
2000-2005	-9.8	9.2	3.7	7.0	2.2	1.4	2.7	1.1	3.0	2.6
2005-2010	6.3	11.2	7.5	10.3	1.5	2.0	1.6	0.9	1.9	1.7
2010-1015	6.4	9.2	7.4	8.1	1.5	1.6	1.7	1.2	1.9	1.3
2015-2020	6.2	7.8	7.2	7.5	1.6	1.3	1.7	1.8	1.6	1.3
2020-2025	4.6	7.3	7.4	6.1	1.6	0.9	1.2	1.8	1.2	1.4
2025-2030	4.7	6.9	8.2	6.2	1.6	0.9	0.9	1.5	1.3	1.7
2030-2035	5.2	6.5	8.9	5.2	1.6	1.7	0.8	1.0	1.7	1.9
2035-2040	5.3	6.3	8.9	4.3	1.9	2.0	1.3	1.2	2.0	2.0
2040-2045	5.0	5.9	8.3	3.6	1.9	1.9	1.8	1.6	1.8	1.9
2045-2050	4.9	5.4	7.6	3.4	2.0	1.8	2.1	2.0	1.7	1.9

GS BRICs Model Projections See text for details and assumptions
Global Paper No 99

(Dados extraídos do Paper N. 99, elaborados por Dominic Wilson, Goldman Sachs 1° de outubro de 2003).

ANEXO

GOLDMAN SACHS

Projected US$GDP												
2003$USon	BRICs				G6							
	Brazil	China	India	Russia	France	Germany	Italy	Japan	UK	US	BRICs	G6
2000	762	1078	469	391	1,311	1,875	1,078	4,176	1,437	9,825	2,700	19,702
2005	468	1724	604	534	1,489	2,011	1,236	4,427	1,688	11,697	3,330	22,548
2010	668	2998	929	847	1,622	2,212	1,337	4,601	1,876	13,271	5,441	24,919
2015	952	4754	1411	1232	1,767	2,386	1,447	4,858	2,089	14,786	8,349	27,332
2020	1333	7070	2104	1741	1,930	2,524	1,553	5,221	2,285	16,415	12,248	29,928
2025	1695	10213	3174	2264	2,095	2,604	1,625	5,567	2,456	18,340	17,345	32,687
2030	2189	14312	4935	2980	2,267	2,697	1,671	5,810	2,649	20,833	24,415	35,927
2035	2871	19605	7854	3734	2,445	2,903	1,708	5,882	2,901	23,828	34,064	39,668
2040	3740	26439	12367	4467	2,668	3,147	1,788	6,039	3,201	27,229	47,013	44,072
2045	4794	34799	18847	5156	2,898	3,381	1,912	6,297	3,496	30,956	63,596	48,940
2050	6074	44453	27803	5870	3,148	3,603	2,061	6,673	3,782	35,165	84,201	54,433

GS BRICs Model Projections See text for details and assumptions

Projected US$GDP Per Capita										
2003 US$	BRICs				G6					
	Brazil	China	India	Russia	France	Germany	Italy	Japan	UK	US
2000	4,338	854	468	2,675	22,078	22,814	18,677	32,960	24,142	34,797
2005	2,512	1,324	559	3,718	24,547	24,402	21,277	34,744	27,920	39,552
2010	3,417	2,233	804	5,948	26,314	26,877	23,018	36,172	30,611	42,926
2015	4,664	3,428	1,149	8,736	28,338	29,111	25,086	38,626	33,594	45,835
2020	6,302	4,965	1,622	12,527	30,723	31,000	27,239	42,359	36,234	48,849
2025	7,781	7,051	2,331	16,652	33,203	32,299	28,894	46,391	38,479	52,450
2030	9,823	9,809	3,473	22,427	35,876	33,898	30,177	49,944	41,194	57,263
2035	12,682	13,434	5,327	28,749	38,779	37,087	31,402	52,313	44,985	63,017
2040	16,370	18,209	8,124	35,314	42,601	40,966	33,583	55,721	49,658	69,431
2045	20,926	24,192	12,046	42,081	46,795	44,940	36,859	60,454	54,386	76,228
2050	26,592	31,357	17,366	49,646	51,594	48,952	40,901	66,805	59,122	83,710

GS BRICs Model Projections See text for details and assumptions

Projected US$ GDP Per Capita Growth: 5-Year Averages										
Average % yoy	BRICs				G6					
	Brazil	China	India	Russia	France	Germany	Italy	Japan	UK	US
2000-2005	-9.8	9.2	3.7	7.0	2.2	1.4	2.7	1.1	3.0	2.6
2005-2010	6.3	11.2	7.5	10.3	1.5	2.0	1.6	0.9	1.9	1.7
2010-1015	6.4	9.2	7.4	8.1	1.5	1.6	1.7	1.2	1.9	1.3
2015-2020	6.2	7.8	7.2	7.5	1.6	1.3	1.7	1.8	1.6	1.3
2020-2025	4.6	7.3	7.4	6.1	1.6	0.9	1.2	1.8	1.2	1.4
2025-2030	4.7	6.9	8.2	6.2	1.6	0.9	0.9	1.5	1.3	1.7
2030-2035	5.2	6.5	8.9	5.2	1.6	1.7	0.8	1.0	1.7	1.9
2035-2040	5.3	6.3	8.9	4.3	1.9	2.0	1.3	1.2	2.0	2.0
2040-2045	5.0	5.9	8.3	3.6	1.9	1.9	1.8	1.6	1.8	1.9
2045-2050	4.9	5.4	7.6	3.4	2.0	1.8	2.1	2.0	1.7	1.9

GS BRICs Model Projections See text for details and assumptions
Global Paper No 99

(Dados extraídos do Paper N. 99, elaborados por Dominic Wilson, Goldman Sachs 1° de outubro de 2003

Coleção Rio Branco
(Primeira Etapa)

Antonio Augusto Cançado Trindade (organizador)
A Nova Dimensão do Direito Internacional

Silviano Santiago
A Viagem de Lévi-Strauss aos Trópicos, Democratização no Brasil – 1979-1981 (Cultura versus Arte)

Braz da Costa Baracuhy
Vencer ao Perder: A Diplomacia Brasileira na Crise da Liga das Nações (1926)

Gustavo Sénéchal de Goffredo Júnior
Entre Poder e Direito: A Tradição Grotiana na Política Externa Brasileira

Aurélio Romanini de Abranches Viotti
Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a Cruz Vermelha e Clausewitz

Kassius Diniz da Silva Pontes
Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia

Leonardo de Almeida Carneiro Enge
A Convergência Macroeconômica Brasil-Argentina

Hélio Jaguaribe
Urgências e Perspectivas do Brasil

Heloísa Vilhena de Araújo
Guimarães Rosa: Intérprete da Tradição

Mariza Veloso e Maria Angélica Madeira (organizadoras)
Sérgio Buarque de Holanda

INSTITUTO RIO BRANCO

FUNAG
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

ISBN 85-7631-045-7
9 788576 310457